

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 103.^a Sessão Ordinária
(Convocação Extraordinária)

Realizada em 7 de Julho de 1971 — (Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Leopoldo Jacomet.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielso Crisóstomo, Domicio Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Aguinaldo Pereira Lima, Alvaro Dias, Antônio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Arizone Araújo, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Basílio Zanusso, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacii, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomet, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nivaldo Krüger, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Santos Lima, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (46); achando-se ausente o sr. deputado David Federmann.

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

— De autoria do sr. deputado João Mansur, solicitando seja prorrogada pelo prazo de 1 (uma) hora a presente sessão.

EMENDAS:

EMENDA

Ao Projeto de Lei n. 126-71

Altere-se

Art. 1.^o — Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimos ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), ou valor equivalente em moeda estrangeira com base na cotação cambial da época da operação, destinada ao atendimento de despesas com obras já executadas, ao custeio de obras públicas

de infra-estrutura e de outras despesas relativas a programações contidas em orçamentos anuais ou plurianuais.

Art. 5º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no Orçamento Geral do Estado, nas dotações e consignações respectivas, créditos suplementares até o valor de Cr\$ 900.000.000,00 (novecentos milhões de cruzeiros), servindo como recursos para sua abertura o produto dos empréstimos ou financiamentos de que trata a presente lei.

Acrescente-se:

Art. 6º — A importância de Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) obtida na operação de crédito de que trata esta lei será destinada especificamente ao atendimento de despesas com obras rodoviárias a serem realizadas na Região Metropolitana de Curitiba, incluindo, obrigatoriamente, a duplicação do leito da Estrada de Santa Felicidade e a pavimentação asfáltica da Antiga Estrada da Ribeira, da Estrada de Campina Grande do Sul, do acesso de Quatro Barras à BR-116, da Estrada Velha de Campo Largo e das ligações do Município de Curitiba e Almirante Tamandaré; e a rodovia Curitiba-Piraquara.

Art. 7º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Erondy Silvério

REQUERIMENTOS:

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve Requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao excelentíssimo senhor presidente da República, o eminente general Emílio Garrastazu Médici, voto de congratulações desta Casa de Leis pela assinatura, ontem, do decreto que determinará, de uma vez por todas, a transformação sócio-econômica da região Nordeste do País, já que a implantação da sábia e oportuna política de redistribuição de terras aqueles que verdadeiramente desejam torná-la um veículo de progresso e paz social, importará, inequivocamente, em um passo gigante de real integração daquela região no concerto das forças de trabalho construtivo, redimindo-a da exploração solerte dos que a lançaram ao mais impatriótico abandono. Vence a Revolução, pois, mais uma etapa gloriosa de sua faina indormida em defesa dos mais altos e sagrados interesses nacionais, sem os artifícios dos estardalhaços vazios e da agitação estéril. É o Brasil que assume, votuntarioso e decidido, a sua posição de prestígio às grandes medidas presidenciais, convencidos de que elas vêm provocando, em clima de harmonia e civismo admiráveis, uma transformação redentora e alvo de aplausos de seus filhos e do próprio mundo entusiasmado com nossa arrancada para dias grandiosos e felizes, dias de construção da sonhada potência do futuro.

Pede o signatário que, na decisão da Casa, seja dado conhecimento ao grande presidente Médici, depositário da gratidão e admiração de toda nação brasileira.

Sala das sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Ivo Tomazoni

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno desta Casa de Lei, Requer à Mesa, ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos de hoje, de um voto de congratulações, por ter sido fundada, na cidade de Cornélio Procopio, a

"Associação dos Municípios do Norte do Paraná", que reune nada menos que vinte municípios integrantes da micro região 12 da SUDESUL.

Em reunião realizada ontem, entre os chefes dos executivos componentes da Associação, foram eleitos responsáveis pela orientação que deverá ser imprimida. A Associação tem por sede a cidade de Cornélio Procopio e sua diretoria ficou assim composta: Rolando Demétrio Marussi, Presidente; Marcio Sandoval, 1.º Vice-Presidente e Nicanor Ferreira de Mello, 2.º Vice-Presidente, respectivamente prefeitos de Cornélio Procopio, Uraí e Nova Fátima.

O propósito da Associação é o de envidar os melhores dos seus esforços, em participação conjunta, no sentido da meta almejada, que não é outra senão a de levar a cabo a realização do grande programa de desenvolvimento proposto pela SUDESUL.

Outrossim, requer ainda, seja dado conhecimento à referida entidade e a seus dirigentes, da decisão desta Casa.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Emílio Carazzai

Requerimento

Senhor Presidente:

Os Deputados que este subscrevem, no uso de suas atribuições, com base no Regimento Interno, após ouvido o Plenário, respeitosamente, requerem a consignação em Ata de um voto de regozijo, diante da notícia deveras alvareira, divulgada pela imprensa, de que, em outubro próximo, estará solucionado o problema do abastecimento irregular de água ao bairro do Bacacheri e adjacentes, com implantação de nova adutora, interligando os reservatórios do Cajuru ao daquele bairro consumidor, beneficiando oito bairros: Bacacheri, Vila Tingui, Vila São Pedro, Bairro Alto, Vila América, Boa Vista, Ahú de Baixo e Ahú de Cima.

O noticiário especifica que o custo total da nova adutora está orçado em Cr\$ 578.000,00 (quinhentos e setenta e oito mil cruzeiros), entre material e mão de obra, adiantando que parte do material já se encontra em Curitiba, possibilitando o início da obra imediatamente.

Representando a iniciativa do Poder Público Estadual evidência de propósito de solução, em curto prazo, de importante reivindicação da massa popular que habita os bairros a serem beneficiados, o presente requerimento encontra ampla justificativa na disposição de ressaltar iniciativas meritórias e que vêm demonstrar a preocupação e o interesse do Poder Executivo em resolver problemas de uma metrópole em desenvolvimento vertiginoso.

Aprovado o requerimento, solicitam os autores seja remetida comunicação ao exmo. sr. Governador do Estado, juntamente com os testemunhos de que esta Casa acompanha e aplaude decisões oportunas, necessárias e reveladoras de acentuada sensibilidade aos problemas administrativos do Estado e o empenho em solucioná-los com presteza.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(aa) Acyr José e Borsari Netto

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, requer, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvir o Plenário, seja dirigido votos de aplausos as atividades do Diretor do DETRAN, o qual em tão pouco tempo, cónscio das altas responsabilidades que lhe foram cometidas, logo da instalação do atual Governo, soube dar provas inequívocas de probidade, zelo, dedicação e eficiência, consagrando-se ante a opinião pública paranahense.

Pede o signatário, por conseguinte, que se dê ciência ao homenageado dr. José Marcos Loureiro Prado, diretor do DETRAN, enaltecendo-se, outrossim, toda sua equipe de trabalho.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) Paulo Poli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que solicite, através de ofício, aos excelentíssimos senhores Governador do Estado, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Secretário do Interior e Justiça, o desenvolvimento de uma nova campanha de arregimentação de eleitores, a fim de que o nosso Estado continue desfrutando da excelente posição representativa nos Legislativos do País.

Esta solicitação prende-se ao fato dos jornais de hoje, de nossa Capital, estarem noticiando uma queda no número de eleitores paranaenses. O Estado conta atualmente com menos de dois milhões de eleitores, embora já tenha possuído 2.103.169 votantes por ocasião das últimas eleições, em novembro do ano passado. A perda de mais de 100 mil eleitores tem como origem o cancelamento de centenas de títulos daqueles que não votaram nas três últimas eleições consecutivas.

Em contrapartida, não houve nenhuma campanha para o aumento de eleitorado, que só aos poucos vai se alistando, por atingirem a idade dos 18 anos.

Como o número de cancelamento foi grande, só dentro de alguns meses o Estado voltará a ter o mesmo índice eleitoral que desfrutava antes do pleito do ano passado.

O Governo do Estado, o Tribunal Regional Eleitoral e a Secretaria do Interior e Justiça poderão incentivar, através de uma campanha bem orientada, a inscrição de novos eleitores, colocando o nosso Estado entre os primeiros da Federação.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) **Maurício Fruet**

Requerimento

Senhor Presidente:

Usando de suas prerrogativas regimentais, o Deputado que adiante subscreve, solicita à douta Comissão Executiva que se digne informar, oficialmente, se já houve comunicação de sanção de lei que concede título de Cidadão Paranaense ao general José Campos de Aragão ao homenageado, para que se marque data de Sessão Solene de entrega. Na hipótese do projeto de lei não ter recebido sanção, que se informa, então, a data de seu envio ao Executivo e de seu eventual retorno à Casa, para promulgação.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) **Erondy Silvério**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício à Presidência do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a criação e instalação de uma agência na cidade de Dois Vizinhos.

Trata-se de importante município do Sudoeste do Estado do Paraná, que até agora ainda não se viu beneficiado com uma agência oficial de crédito, e que por isso sua indústria e o comércio — e principalmente a agricultura — encontra barreiras, que somente serão vencidas com a instalação do citado estabelecimento.

Há vários anos a população de Dois Vizinhos vem reivindicando o Banco do Estado do Paraná S.A., sem que até agora se tenha sido satisfeita esta velha aspiração.

Não será somente o Município que virá a se beneficiar, mas a econo-

mia paranaense, já que Dois Vinhos é um dos maiores produtores de feijão e suíno, no Estado.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) **Sebastião Rodrigues**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a Vossa Excelência que encaminhe apelo ao excelentíssimo senhor doutor Daniel Egg, digníssimo Secretário de Saúde do Estado, solicitando que o mesmo determine providências imediatas para dotar o Posto de Saúde de Guarapuava, de condições materiais para o desenvolvimento de seus objetivos.

As centenas de pessoas que procuram assistência por parte daquele organismo sanitário, estão sendo informadas de que o mesmo está desprovido de vacina Sabin e outros medicamentos, para a Secretaria de Saúde ainda não providenciou o fornecimento. No momento, há falta inclusive de álcool e algodão para a realização de qualquer curativo, fato que constitui uma anomalia, já que o município de Guarapuava é um dos pioneiros do Estado em contribuição tributária ao Erário estadual.

O Titular da Pasta da Saúde poderá solucionar com brevidade o problema, a fim de que centenas de pessoas, principalmente crianças, recebam a assistência a que têm direito.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência, que apele ao excelentíssimo senhor professor Haroldo Carvalhido, titular da Pasta da Educação e Cultura do Estado, no sentido de que determine o imediato pagamento dos vencimentos das zeladoras contratadas pelo SEC e que realizam suas funções em grupos escolares de Guarapuava.

O apelo é motivado pelo fato de estarem as mesmas com os seus vencimentos atrasados desde o mês de janeiro do corrente ano, o que vem provocando uma série de anomalias em suas vidas particulares. Por outro lado, esta situação atravessada pelas zeladoras é extensiva, ainda, aos próximos estabelecimentos de ensino do Estado, em Guarapuava, que não possuem recursos financeiros sequer para a compra de material de limpeza. E daí, fatos ridículos ali acontecerem, com o encaminhamento dessas zeladoras aos campos, em busca de ramos de arbustos, para a transformação dos mesmos em vassouras.

É lamentável que isto aconteça em um município que se coloca entre os primeiros do Estado em contribuição para o Erário Público, no setor de arrecadação tributária.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1971.

(a) **Nivaldo Krüger**

Projeto de Lei n. 138-71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar, na sede do Município de Laranjeiras do Sul, em Curso Científico, para funcionar no ano de 1.972.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1.971.

(a) **João Mansur**

JUSTIFICATIVA:

Necessário se faz instituir e manter um Curso Colegial de 2.º Ciclo em Laranjeiras do Sul, em face do elevado contingente estudantil, não só daquele município, como também de toda a região que a compõe, em condições de receber o referido grau de ensino.

Além do mais, em toda aquela área é rara a existência de estabelecimento de ensino daquela natureza, distando o mais próximo 107 quilômetros de Laranjeiras do Sul, o que dificulta aqueles que desejam continuar os estudos, após a conclusão do Curso Ginásial.

A criação do estabelecimento de ensino preconizado pelo presente plano de lei, por outra parte, virá, sem dúvida alguma, desonerar o orçamento daquelas famílias que desejam ver o progresso intelectual de seus filhos, pois não mais terão necessidade de deslocá-los para outros centros.

Os elementos colhidos nos diversos estabelecimentos de ensino de Laranjeiras do Sul, por diversos estabelecimentos de ensino de Laranjeiras do Sul, por iniciativa do vereador Arlindo José Bavaresco, da Câmara Municipal daquela comuna, espelham e refletem a necessidade urgente da criação daquele Curso.

Estas são, senhores Deputados, as razões porque apresentamos a presente iniciativa à consideração de Vossas Excelências, esperando se lhe dê o indispensável apoio e, afinal, a indispensável aprovação.

Projeto de Lei n. 139-71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado, através o Departamento de Estradas de Rodagem, a celebrar Convênio com o Executivo Municipal de Cruzeiro D'Oeste para pavimentação asfáltica da via que liga a sede deste último à Rodovia Maringá-Umuarama (PR-86), com implantação do correspondente trêvo.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1.971.

(a) **Wilson Brandão**

JUSTIFICATIVA:

A via que ligará Cruzeiro D'Oeste à rodovia Maringá-Umuarama é uma promessa de Governo anterior, acrescendo com o tempo a absoluta necessidade de seu asfaltamento. Estamos frente a uma antiga reivindicação, de todo justa, eis que satisfaz a objetivos intimamente ligados a um melhor aproveitamento seu, ensejando transporte mais rápido e seguro de riquezas agrícolas. E como marchamos para dar ao Paraná estradas ideais e estratégicas para o escoamento dos resultados de trabalho, grandioso dos campos, a iniciativa de que tratamos merecerá, certamente, acolhida favorável e pronta.

EMENDA

As Projeto de Lei n. 126-71

O Artigo 3.º pasas a ter a seguinte redação, aditando-se-lhe um único parágrafo:

Artigo 3.º — Para obtenção dos empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente lei, fica o Governo do Estado autorizado a emitir notas promissórias até o valor previsto no artigo 1.º, negociáveis e transferíveis, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A. ou pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná, em favor de financiadores estrangeiros.

Parágrafo único — O Governo, pelas vias competentes, poderá solicitar ao Banco do Estado do Paraná S.A. e ao Banco de Desenvolvimento do Paraná, que também subscrevam mencionadas cambiais como seus emitentes,

operando-se a emissão conjunta das mesmas, e com aval do Tesouro do Estado, sempre que lhe convier.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1.971.

JUSTIFICATIVA:

De conformidade com o art. 4.º, da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1.964 (Sistema Financeiro Nacional), compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

“VI — disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive, aceites, avais e prestações de quaisquer quantias por parte das instituições financeiras”.

“XVII — Regular, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quais instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária”.

Parece-me inquestionável que esta Casa não tem competência para se envolver na administração dos bancos enfocados, notadamente o Banco do Estado, que é uma sociedade anônima, embora tenha no Estado seu acionista majoritário.

E de conformidade com o art. 87, do Decreto-Lei n. 2627, de 26 de setembro de 1.940, é a Assembléia Geral quem tem poderes para resolver todos os negócios relativos ao objeto de exploração da sociedade e para tomar as decisões que julgar convenientes à defesa desta e ao desenvolvimento de suas operações.

O art. 3.º do projeto, ademais, trouxe redação pouca lúcida, que, despretenciosamente, a emenda procura clarear.

Reservamo-nos para oferecer as razões de ordem geral em plenário, que servirão de aditivo às presentes.

Data supra.

(a) Muggiati Filho

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao sr. deputado Borsari Neto, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. BORSARI NETO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Esta data marca o início de uma obra de grande interesse para o povo em Curitiba, e é por isto que, com satisfação, ocupamos a tribuna desta Casa para aproveitar a oportunidade que tivemos de assistir, ainda hoje, pela manhã, o início da adutora que interliga o Reservatório do Cajuru ao Reservatório do Bacacheri. Esta obra, num comprimento total de 3.600 metros, será executada com tubos de concreto de 18 polegadas, e o seu custo total é da ordem de 578 mil cruzeiros novos, distribuídos da seguinte maneira: custo do material 418 mil cruzeiros, custo da mão de obra 16 mil cruzeiros. A previsão da obra para a conclusão é de outubro de 1.971. E já existem atualmente ao longo do trecho, entregues, 1.540 metros de tubos de 450 milímetros. Esta obra virá beneficiar os seguintes bairros: Bacacheri, Vila Tingui, Vila São Pedro, Bairro Alto, Vila América, Boa Vista, Ahú de Baixo e Ahú de Cima. Pela importância da obra e os benefícios que a mesma proporcionará é que entendemos fazer este registro e consignar também os nossos aplausos ao exmo. sr. governador do Estado, Haroldo Leon Peres, ao sr. Secretário de Obras Públicas, dr. Cássio Macedo e ao sr. Diretor do D.A.E.E., que houverá por bem, hoje pela manhã, no início desta importante obra para Curitiba, comunicar o início da mesma ao povo de Curitiba.

— Sem revisão do orador.

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o sr. Antônio Belinati, segundo orador inscrito no Pequeno Expediente.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Nós queremos voltar hoje ao problema do funcionalismo público esta-

dual. O governador Haroldo Leon Peres tem apregoado por este Paraná que uma das grandes conquistas e uma das grandes metas do seu Governo é o pagamento em dia do funcionalismo público estadual. Queremos aqui nos reportar, evidentemente, não àqueles que são nomeados, pois seus pagamentos já estão em dia, mas apesar do Governo estar adotando como saldo positivo o fato do seu Governo ter colocado em dia o pagamento do funcionalismo público estadual, a verdade é que milhares de servidores ainda não receberam nenhum pagamento no ano de 1971. Entre eles, destacamos os professores suplementaristas, as serventes contratadas, os fiscais contratados da Secretaria da Fazenda, os professores que foram nomeados no começo deste ano, professores nomeados para o Ensino Primário, alguns que saíram de Curitiba para lecionar do lado oposto do Paraná, pagando pensões, hotéis ou casas de famílias, uma parte dos funcionários do D.E.R. e servidores da Fundação Hospitalar do Paraná e vale acrescentar que o atrasado é do ano de 71 do Governo Haroldo Leon Peres, e se trouxéssemos o assunto, quem sabe há um ou dois meses atrás, S. Exa. viria tratar do atraso deixado pelo Governo anterior. Porém o atual Governo do Paraná, que tanto prega que pagaria em dia o servidor público vem deixando de fazê-lo pois estamos caminhando para o quarto mês do Governo Haroldo Leon Peres e agora, os servidores serventes, suplementaristas, fiscais, professores nomeados no início do ano e funcionários da Fundação Hospitalar nada receberam, atravessando sérias crises financeiras. Estes funcionários estão encontrando dificuldades para levar o sustento diário para seus familiares, pois são quatro meses sem receber pagamento do Estado. Queremos apelar ao governador Haroldo Leon Peres, que vem governando o Paraná numa hora em que a própria arrecadação do Estado é excelente, a arrecadação deste ano superou em índices elevados a do ano passado.

Apelamos para o Governo do Estado para que coloque o pagamento em dia desses laboriosos servidores.

Era o que eu tinha a dizer, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o terceiro orador inscrito, sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Lei n. 4.440 de 27 de outubro de 1.964, que institue o salário educação e dá outras providências, em seu Artigo 4.º — Letra A, diz que 50% da arrecadação total em cada Estado, a crédito do Fundo Estadual do Ensino Primário ou na existência deste em conta vinculada ao desenvolvimento do Ensino Primário a crédito do próprio Governo para aplicação nos Estados, de conformidade como o Parágrafo Único deste artigo, o depósito será feito desta forma:

O § 1.º diz dos recursos que trata a Letra A deste artigo. Serão aplicados nos Estados e no Distrito Federal, de acordo com os planos estabelecidos pelo respectivo Conselho Nacional de Educação nos Estados. O Plano de distribuição da cota estadual do Salário de Educação, é prerrogativa exclusiva do Conselho Estadual de Educação, a sua elaboração. O sistema estadual de Ensino, única lei que dá normas para a atuação dos órgãos educacionais no Paraná, no seu Artigo 70, em atribuição do Conselho Estadual de Educação, diz que lhe compete nas Letras "G", estabelecer no termo do Artigo 93 da Lei 4.424 de 1.961, planos de educação dos recursos estaduais, no que se refere o Artigo 169 da Constituição. Exatamente, o Salário de Educação, cota federal e cota estadual, à Legislação Federal e à Legislação Estadual, portanto, é atribuída a prerrogativa, o direito e o dever de montar os planos de aplicação das verbas dos respectivos Estados. A verba correspondente ao Paraná apenas no setor de construção para o ano de 1.971, é de 6 bilhões de cruzeiros artigos. E o Conselho Estadual

do Paraná, usando da prerrogativa a que me referi, exarou a Resolução 22-71 em reunião realizada no mês passado. Montou um plano de aplicação que deveria, de acordo com a Lei Federal e Estadual, ser seguida pelos órgãos executores deste plano.

Entretanto, os srs. Conselheiros, incluíram no Plano de Construção, algumas obras que não atendiam aos interesses políticos e imediatos dos homens que detêm o atual Poder Executivo no Paraná. E o sr. Secretário de Educação levou o caso ao conhecimento do sr. Governador e o sr. Governador do Estado, pelo "Diário Oficial" de terça-feira passada, convocou extraordinariamente o Conselho Estadual de Educação para uma nova reunião, a fim de que fosse reformulado o plano de aplicação de 6 bilhões de cruzeiros. De acordo com a orientação do sr. Secretário de Educação, que diz ser técnico e não admitir política, mas no instante em que o Conselho Estadual, que é um órgão apolítico, um órgão eminentemente técnico, que monta um plano baseado em dados da Fundação Educacional do Paraná, dados insuspeitos. Esse Secretário não aceitou o plano, levou-o ao Governador do Estado que, quem sabe, até inocentemente, convocou uma reunião extraordinária e exigiu do Conselho Estadual de Educação a reformulação do plano. Desmoralizou o Conselho que ele mesmo presidiu há algum tempo atrás, pressionou, coagiu a ponto de um suplente do Conselho Estadual de Educação, o professor Aristeu Costa Pinto, nome conhecido, professor aposentado, com mais de 40 anos de exercício na cidade de Ponta Grossa, numa atitude de ombridade, renunciou o posto no Conselho e não se curvou à pressão do Secretário de Educação, que dizia falar em nome do Governador Haroldo Leon Peres, dizia que o Governador não admitia, em hipótese alguma, o plano que o Conselho havia feito, porque S. Exa. não desejava que escolas e salas de aulas fossem construídas onde houvesse necessidade, mas sim onde houvesse necessidade de atendimento de seus pedidos políticos.

A discussão ontem, no Conselho Estadual de Educação, foi muito séria e ficou demonstrada mais uma investida do Secretário de Educação, contra a legislação não apenas no Art. 14, não apenas com relação à lista triplíce, mas agora o próprio Conselho Estadual de Educação coagido, é obrigado a aprovar um plano sob pena de seus membros que são professores, que pertencem ao quadro do funcionalismo público do Estado, sofrerem as sanções do Poder Executivo.

Em razão disto, duas cidades, Ponta Grossa e Palmas, ficaram sem a construção de grupos escolares porque o Secretário de Educação não deseja ver incluído no plano de aplicação de uma verba de seis bilhões de cruzeiros. A verba para construção dos grupos de Ponta Grossa e Palmas, retirada da reserva técnica, ascendeu a 600 mil cruzeiros.

O SR. PRESIDENTE — Falta um minuto para o nobre orador terminar a sua oração.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ... portanto, sem nenhum prejuízo para o plano geral de obras. Pretendia-se, apenas, tentar, por necessidade, levar um grupo escolar a Ponta Grossa — "23 de Março" — e um grupo à cidade de Palmas no Sudoeste deste Estado.

Quero deixar registrada a minha solidariedade, principalmente a esse professor, Aristeu Costa Pinto que, renunciando ao Conselho, dá um exemplo de altivez e de dignidade do Magistério Público do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVERIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Fiquei satisfeito quando, na tarde de hoje, escutei o deputado Borsari Neto congratular-se com o Governo do Estado e com o Diretor da Sanepar

por determinar a extensão da Rede de Água e Esgotos aos bairros do Bacacheri, Vila América e adjacências. Isto vem provar que as promessas do candidato vêm sendo cumpridas.

Quero congratular-me com o então vereador Maurício Fruet que, na Câmara Municipal de Curitiba, lembro-me bem, muito lutou para que a Rede de Água e Esgotos se estendesse aqueles populosos bairros de Curitiba.

Mas isto ainda não justifica congratulações ao Governo, porque quem vai pagar é o povo mesmo. O Governo está cumprindo o seu dever. Também vem reforçar nossa tese o artigo publicado hoje no jornal "Gazeta do Povo", jornal que dá ampla cobertura ao Governo do Estado e ao Prefeito de Curitiba, onde os comerciantes de Curitiba reclamam violentamente contra a morosidade das obras da rua Pedro Ivo e Voluntários da Pátria. E solicitam isenção de impostos, porque estão às portas da falência. Tal o descaso, tal a descontinuidade e tal o desentrosamento dos poderes constituídos, na execução das obras daquele importante trecho da cidade.

Isto vem reforçar o que nós temos batalhado tanto nesta Casa, para que o Serviço de Águas e Esgotos deixe de existir apenas para eleger candidatos, mas que passe a servir à população, principalmente de Curitiba. Que esse serviço seja executado pelo Município de Curitiba, para que não ocorra coisa lamentável, terrível como esta que está ocorrendo com a rua Voluntários da Pátria, onde o comércio, que é a estrutura do Poder Público, está às portas da falência. Porque o desentrosamento entre o Estado e a Prefeitura, a Companhia Força e Luz e o Departamento de Obras é tanto, que se reconhece e se faça justiça, que quando um abre um buraco, vem o outro e fecha e, quando o outro fecha, vem outro e abre e fica o comércio sempre a braços com dificuldades insolúveis e os comerciantes têm de recolher o ICM, impostos de serviços, à Prefeitura Municipal de Curitiba.

Estou solidário com os comerciantes da Rua Voluntários da Pátria. Acho que o Prefeito deve encaminhar mensagem à Câmara isentando-os de impostos sobre serviços e outros impostos municipais, que recaem sobre suas atividades econômicas, até que aquela rua seja entregue ao tráfego, pelo menos de pedestres.

Portanto, as minhas congratulações a um jornal que, embora hoje, dando cobertura às amplas atividades do Governo, traga uma reportagem humana, como publica hoje a "Gazeta do Povo".

Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quinto orador inscrito no Pequeno Expediente, sr. deputado Maurício Fruet.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Conforme bem salientou o eminente deputado Eronidy Silvério, os moradores, os comerciantes da rua Pedro Ivo e Voluntários da Pátria, em nossa cidade; os comerciantes das ruas em que se realizam obras de canalização do Rio Ivo, estão a reclamar, com a mais justa razão, a morosidade, com que estas obras estão sendo realizadas.

Podemos citar, srs. Deputados, que nós após solicitação de pedido de informação desta tribuna, dirigida ao eminente Diretor do Departamento de Obras e Esgotos, o desenvolvimento e os trabalhos das obras aumentaram sensivelmente e inclusive, no último sábado, boa parte do trecho já estava concluída.

Porém, o que agora queremos nos referir é à obrigação de S. Exa. o sr. Prefeito de Curitiba de enviar Mensagem à Câmara Municipal de Curitiba, no sentido de pedir permissão para que os impostos devidos ao município, pelos comerciantes que labutam naquele trecho, sejam totalmente isentos.

Os Senhores sabem perfeitamente que isto ocorre nos principais países

do mundo, nas maiores cidades, onde a Prefeitura, o Estado ou a Nação, realizam obras, prejudicando o comércio adjacente; o Estado, o País ou o Município, além de isentar os comerciantes de todo e qualquer imposto, ainda lhe asseguram o reembolso pela paralisação de suas atividades comerciais. Portanto, os comerciantes destes trechos cujas obras se alongam há mais de um ano, seriam isentos dos impostos municipais devidos.

Um outro assunto que nos trouxe à tribuna na sessão de hoje, diz respeito à medida adotada pelo Congresso Nacional de convidar para participarem de audiência com os srs. Congressistas, Ministros de Estado. A experiência foi iniciada na última semana, quando, no Congresso Nacional, esteve o Ministro da Educação, ocasião em que atendeu, no recinto do Congresso, cerca de sessenta Parlamentares, resolvendo, na ocasião, uma série de problemas dos mais diferentes Estados da Federação brasileira.

Por que não se poderia adotar nesta Casa, também, medida desta natureza? Ao invés do Deputado ser obrigado, na execução de sua tarefa, a aguardar horas para um breve contato com o titular de uma das Pastas do Governo ou com Diretores de Departamentos, poderia se estudar a possibilidade — e aqui apelo ao líder do Governo nesta Casa — de pelo menos uma vez por mês virem a esta Casa os titulares das mais diferentes Pastas do Governo do Estado e nesta oportunidade, num diálogo franco, cordial e aberto com os srs. Deputados, muito poderia ser feito e esclarecido como, por exemplo, poderia se esclarecer com riqueza de detalhes, o total, no que seria empregado, de que forma seria realizado o empréstimo de 800 milhões pleiteado pelo Governador do Estado.

Por este motivo tomo a liberdade de sugerir a esta Casa e particularmente ao eminente líder da ARENA, deputado João Mansur, a possibilidade de se adotar esta técnica que tão bons resultados está dando no Congresso Nacional. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Grande Expediente, sr. deputado Domicio Scaramella.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, srs. Deputados, illustre líder desta Casa.

Ontem, ao ouvirmos a explanação feita pelo Líder do Governo nesta Casa, deputado João Mansur, com referência à pretensão de S. Exa. o Governador do Estado adquirir empréstimo de 800 milhões de cruzeiros, ficamos surpresos naquela oportunidade quando não ouvimos S. Exa., o Líder do Governo, referir-se à zona Sul do Paraná, principalmente União da Vitória.

Hoje, temos a honra de apresentar uma emenda sobre o Projeto de Lei n. 126-71, para que seja concedido o empréstimo de mais 100 milhões para o início da estrada de União da Vitória ao Sudoeste do Estado, que demandará de União da Vitória a Gal. Carneiro, Palmas, Clevelândia e Mariópolis.

Nossa justificativa é a seguinte: (Lê a emenda):

“EMENDA

Ao projeto de Lei n. 126-71.

Acrescente-se onde couber:

Art. ... Fica o Poder Executivo autorizado a contrair empréstimo ou obter financiamentos externos no valor de mais Cr\$ 100.000.000,00 (cem milhões de cruzeiros) ou total equivalente em moeda estrangeira com base na cotação cambial da época da operação, destinados à construção e pavimentação asfáltica da estrada União da Vitória a Pato Branco, passando por General Carneiro, Palmas, Clevelândia e Mariópolis.

JUSTIFICATIVA:

Região industrial, agrícola e pastoril, ressentida-se grandemente da falta

de uma estrada que lhe dê condições normais de escoamento de sua produção, que contribui de forma irrevogável para o progresso de todo Paraná.

União da Vitória considerada como a "Porta do Sudoeste Paranaense", sofre sérias consequências econômicas porque não dispõe de uma estrada que a interligue com os demais municípios daquela região, o mesmo acontecendo com Palmas, Clevelândia, General Carneiro e Mariópolis.

Se efetivada esta via asfáltica haverá um maior desenvolvimento do potencial econômico da Região, trazendo inegável progresso para toda a gente paranaense, além de diminuir a distância entre Pato Branco e a Capital do Estado em mais de 60 (sessenta) quilômetros.

Propusemos a medida, cabe, agora, ao nobres Pares, aprová-la ou rejeitá-la.

Sala das Sessões, em 7 de julho de 1.971.

(a) **Domicio Scaramella**

Sr. Presidente, srs. Deputados, apresentar um requerimento desta natureza é um direito que nos assiste. E faço um apêlo, neste instante, aos srs. Deputados, para que olhemos um pouco para esta região que, há tanto tempo, não tem oportunidade de ter trânsito em tempos chuvosos, em vista do abandono que o Distrito Rodoviário de União da Vitória deixou aquela região.

Sr. Presidente, srs. Deputados, ao autorizarmos esse empréstimo ao sr. Governador do Estado, poderíamos autorizar mais cem milhões para que aquela região fosse atendida.

Ontem, o nobre deputado João Mansur referiu-se, aqui, que o Governo do Estado teria que adquirir diversas máquinas, caminhões e jeeps, etc., para dar condições ao DER de conservar as estradas. Diante dessas declarações do Líder do Governo, devo dizer que o sr. Secretário dos Transportes e Diretor do DER não conhecem essa região a que nos referimos, porque lá a calamidade é total. Desejo mesmo convidar e fazer um apêlo, ao nobre Deputado João Mansur para que S. Exa., juntamente com o sr. Secretário dos Transportes e o Sr. Diretor do DER, visitem aquela região para verem como se encontra o Distrito Rodoviário de União da Vitória. Mesmo porque, ontem, o nobre deputado João Mansur referiu-se que não existem caminhões no DER, mas o Distrito Rodoviário de União da Vitória ainda tem veículos para transportar madeiras de firmas particulares por cinco cruzeiros a dúzia da táboa, enquanto que os caminhões particulares cobram oito cruzeiros.

Vai aqui um convite ao sr. Líder do Governo, ao Diretor do DER e ao Secretário de Transportes para que visitem aquela região e se me honrem com suas presenças, terei muito prazer em levá-los até aquela estrada, que possui um revestimento primário. O mesmo acontecendo na estrada que demanda de União da Vitória-Vitorino e com a de União da Vitória Cruz Machado e Pinhão, que se encontram completamente intransitáveis.

Fica aqui o meu apêlo às autoridades constituídas para que olhem para aquela região que contribui com seiscentos mil cruzeiros mensais para os cofres estaduais, com quinhentos mil cruzeiros mensais para os cofres federais e duzentos e cinquenta cruzeiros mensais para os cofres municipais.

Sr. Presidente, srs. Deputados, fico constrangido e triste mesmo em ter que fazer um pronunciamento criticando o DER.

O sr. **Sebastião Rodrigues** — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, solidarizo-me com V. Exa. porque conheço bem as estradas referidas por V. Exa. Por elas transitei durante muito tempo, pois fazem o caminho natural entre o Sudoeste e a Capital. Também estranhei a ausência de uma referência a elas no relatório que o Líder do Governo trouxe a esta Casa, na sessão de ontem. Porque, por repetidas vezes tenho visto na imprensa, tenho ouvido dos homens do Governo, o propósito de melhor tratamento das estradas a que V. Exa. se refere, sobretudo aquela que liga União da Vitória-Palmas-Clevelândia e Pato Branco. Por isso es-

tranho a ausência, entre os pontos prioritários que o Governo pretende atingir em seu plano, estranho a ausência dessas estradas. De fato é uma omissão imperdoável pela importância que esses caminhos têm para a economia de nossa região. Tenho certeza que V. Exa., com essa proposição que submete à Casa, se aprovada, virá corrigir uma lacuna muito triste mesmo, que observamos no plano rodoviário do Governo.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do ilustre Deputado que vem colaborar com nosso pensamento e quero ainda mais, sr. Deputado, lembrar que não vai aqui nenhuma crítica aos demais municípios, para que as demais regiões não deixem de ser atendidas. Vai apenas um apêlo de nossa parte, para que o Estado, atenda ainda mais a região Sul do Estado, que muito contribuiu para os cofres públicos do Estado, para a consolidação do progresso do Paraná.

Palmas, hoje, srs. Deputados, está estimulando a plantação de trigo. Talvez venha a ser a região com maior produção de trigo do Estado. União da Vitória é uma zona industrial. Sudoeste, zona agrícola, Palmas região pastoril. Por que deixar abandonada essa região, para que não seja mais possível transitar-se nem com veículos de pequeno porte?

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Quando V. Exa. nobre Deputado, aborda com tanta propriedade problema relacionado com sua região, V. Exa. faz aquilo que o povo esperava que V. Exa. fizesse mesmo, trazendo ao conhecimento do Governo, dos órgãos da administração, os problemas de uma região tão vasta.

O setor rodoviário, especificamente abordado por V. Exa., é dos mais carentes e quero solidarizar-me com V. Exa., porque não só o município de União da Vitória, como diz muito bem V. Exa., mas a região Sul do Estado de que União da Vitória é o centro, está sofrendo esse abandono, que é ressaltado por V. Exa.

E não é só. Aproveito a oportunidade para lembrar que todo o Estado do Paraná, principalmente a região Sul, Sudoeste, vem sofrendo essa deficiência terrível. Aquelas regiões sofrem uma frustração pela falta de apoio do Governo.

Vou contar um fato aqui, que é ridículo para o Paraná, mas que precisa ser relatado para que os homens do Governo tenham consciência do que está acontecendo. Na cidade de Guarapuava, encontrei algumas senhoras portando magos de carqueja, que é um arbusto de minha região, que é utilizado para substituir vassoura. Saiba V. Exa. e saiba o Paraná, por ridículo que possa parecer; lá não temos vassoura para limpar os estabelecimentos estaduais e as zeladoras se valem, então, desses arbustos, para limpar os estabelecimentos estaduais.

Ao trazermos esse problema para a Assembléia, parece até fato jocoso mas é real. São coisas que fazem com que os Deputados percam a paciência, quando nós contribuimos da forma que contribuimos. Sei que o município de V. Exa. contribuiu extraordinariamente para a economia do Estado, no passado.

Cumprimento V. Exa. pela oportunidade do seu pronunciamento em favor do povo e da região que representa.

O SR. DOMICIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte e me vem agora uma idéia, quando do pronunciamento do deputado Maurício Fruet na tribuna, fazendo um apêlo ao ilustre Líder do Governo sobre a possibilidade de haver um entendimento com os órgãos estaduais, naturalmente com os Diretores de Departamento uma vez por mês, pelo menos, um diálogo nesta Casa com os srs. Deputados, seria importante este acontecimento, para que este problema que o nobre Deputado levantou que visará, naturalmente, levando ao conhecimento do sr. Secretário de Viação, resolver de uma vez por todas estes problemas.

Quero lembrar, com referência à aquisição de equipamento ontem exposto pelo nobre deputado João Mansur, quero fazer um apêlo ao sr. depu-

tado João Mansur, que é participante do Governo nesta Casa e está em contato permanente com os srs. Deputados, é um homem de indústria, mas conhece os problemas do Estado do Paraná, talvez melhor do que o orador que ocupa a tribuna neste instante, faço um apêlo ao sr. deputado João Mansur, e acho que a nossa bancada deve apoiar incondicionalmente esta proposta de empréstimo do Governador do Estado, para que amanhã, quando este dinheiro fôr empregado, participemos da obra do sr. Governador.

Se fôr mal empregado, ele terá direito de nos criticar. Além do equipamento a ser adquirido, terá o Governo de recompor os engenheiros responsáveis pelos distritos rodoviários do Paraná. Quero declarar neste instante que na minha região, quero exigir do sr. deputado João Mansur, pelo respeito que tenho por este Deputado, que haja substituição da maioria dos srs. engenheiros e o maquinário seja utilizado para melhorar as estradas pois o povo que são os próprios usuários terão que transitar por ela. É o apêlo que faço ao sr. deputado João Mansur.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? Nobre deputado Domicio Scaramella, queremos congratularmo-nos com V. Exa. neste instante, quando, com tanta veemência no cumprimento do seu dever, defende a sua região. Realmente, analisando o problema de obras rodoviárias do Governo, a região que V. Exa. tão bem representa nesta Casa não foi em quase nada contemplada, mas nem por isso, nobre Deputado, a população daquele pedaço do Paraná há de ficar esquecida. Contando como contamos nesta Casa com a voz vibrante de V. Exa. com o nosso apoio, porque nós iremos, deputado Domicio Scaramella, lutar juntos a favor de que aquela região seja beneficiada no plano rodoviário do Estado. É um compromisso que nós assumimos e que iremos levar ao Governo do Paraná e isto não constitui favor nenhum porque é uma região que vem contribuindo para o desenvolvimento do nosso Estado. E, queremos congratularmo-nos mais uma vez com V. Exa. quando traz numa atitude corajosa que deveria ser imitada por todos os homens públicos. Esta denúncia contra um engenheiro que vem se utilizando do cargo que ocupa em benefício próprio, nós iremos levar ao conhecimento das autoridades responsáveis, a denúncia que V. Exa. traz à Casa neste instante, para que este elemento seja responsabilizado, porque nós não podemos admitir nesta hora, quando um Governo que se inicia com os melhores propósitos de administrar o Estado, elementos como este se aproveitando do cargo de confiança que ocupa, venha a utilizá-lo em proveito próprio. Congratulamo-nos com V. Exa. e queremos agradecer, em nome do Governo, esta colaboração que V. Exa. traz e aproveitamos, nobre Deputado, a presença de V. Exa. e com a sua permissão, porque infelizmente quando o nobre deputado Mauricio Fruct ocupava a tribuna e apresentava aquela sugestão, eu me encontrava transmitindo ao deputado Muggiati Filho uma consulta que ele me fizera, e que eu me havia comprometido a trazer hoje ao seu conhecimento, com relação ao asfaltamento da estrada que liga Astorga a Arapongas. E hoje pela manhã, estivemos no DER e juntamente com o Diretor daquela Pasta, analisamos e verificamos que aquela estrada estava em plano prioritário. Ela fôra contratada no Governo passado, e dentro de poucos dias, a firma que venceu a concorrência, irá proceder a ordem de serviço daquelas obras. Era a informação que eu estava prestando ao nobre deputado Muggiati Filho.

De modo que queremos, neste instante, congratularmo-nos com o nobre deputado Mauricio Fruct, pela sugestão que achamos deveras importante, e iremos levar ao conhecimento do Governo, a fim de que Secretários de Estado e Diretores de Departamentos, se entrossem com o Poder Legislativo, comparecendo espontaneamente nesta Casa, para aprenderem com os srs. Deputados, independente de cor partidária, os problemas da sua Pasta. E a intenção dos srs. Deputados, nada mais é do que colaborar com o povo das regiões que representamos honrosamente nesta Casa. Portanto, como já dissemos queremos nos congratular com o deputado Mauricio Fruct, e mais

uma vez também nos congratular com V. Exa. e dizer que levaremos ao conhecimento do sr. Governador do Estado, a denúncia que V. Exa. faz da tribuna, que é uma denúncia corajosa e necessária, com relação à luta que V. Exa. vai empreender, em favor das suas regiões. Poderá V. Exa. contar com o nosso apoio incondicional. Era o aparte.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa, com permissão do nobre Orador, tem a honra de anunciar a presença nesta Casa, dos srs. Paulo Vieira de Camargo, presidente da Câmara Municipal de Maringá e Jaime Coelho, digníssimo gerente do Bamerindus, daquela cidade.

Aos ilustres visitantes, os nossos cumprimentos.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Nobre deputado João Mansur, não poderia esperar outra coisa do pronunciamento de V. Exa. E fico aqui de braços abertos, em favor de V. Exa., que tanto tem colaborado com o progresso das regiões que representamos nesta Casa.

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, quero dar o meu incondicional apoio ao pronunciamento que V. Exa. faz da tribuna, denunciando a opinião pública paranaense as arbitrariedades cometidas na região que tão bem representa nesta Casa. Peço permissão, nobre Deputado, para também me congratular com o aparte horroroso do nobre deputado João Mansur, que não só se preocupava como se solidarizava com a sugestão que apresentamos por ocasião do Pequeno Expediente, na sessão de hoje, segundo a qual, poderão vir tranquilamente, sem susto algum, Secretários de Estado, Diretores de Departamentos, a esta Casa, para um diálogo aberto, franco e cordial, para aqui tratarem conosco dos mais diversos assuntos. Esta denúncia que o nobre Deputado traz à Casa, hoje, é muito importante, talvez ela possa ter através de um rápido diálogo a solução desejada, para se obter um resultado positivo e definitivo em relação ao problema.

Por isso, agradecemos o apoio do nobre Líder da bancada governista, deputado João Mansur; ao mesmo tempo queremos nos congratular com V. Exa. pela forma corajosa com que traz o problema à Casa.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Agradeço o aparte do deputado Maurício Fruet e quero louvar sua iniciativa, sua idéia da vinda dos srs. Secretários, dos senhores auxiliares do Governo a esta Casa. Isto virá beneficiar não somente a nossa região como todo o Paraná.

Agradeço a atenção do sr. Presidente e dos srs. Deputados, e as palavras do Líder do Governo. Ao me retirar desta tribuna digo meu muito obrigado a todos. (Sem revisão do Orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 44 srs. Deputados.

Esta Presidência tem a satisfação e a honra de anunciar a presença nesta Casa do sr. Prefeito Municipal de Jandaia do Sul e do sr. Prefeito Municipal de Felix.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Wilson Brandão, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado João Mansur, constante do Expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Sebastião Rodrigues Júnior, constante do Expediente, solicitando

seja oficiado à Presidência do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a instalação de uma agência na cidade de Dois Vizinhos. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja dirigido votos de aplausos as atividades do Diretor do Detran. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Ivo Tomazoni, constante do Expediente, solicitando seja endereçado voto de congratulações desta Casa ao sr. Presidente da República, pela assinatura do decreto que determinará a transformação sócio-econômica da região Nordeste do País. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria dos srs. deputados Acyr José e Borsari Neto, constante do Expediente, solicitando voto de regosijo, pela nova adutora de água interligando os reservatórios de vários bairros. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao sr. Secretário de Saúde do Estado, no sentido de que o mesmo determine providências imediatas para dotar o Posto de Saúde de Guarapuava de condições materiais para o desenvolvimento de seus objetivos.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente, solicitando seja dirigido apelo ao sr. Secretário de Educação e Cultura, no sentido de que determine o pagamento imediato dos vencimentos das zeladoras contratadas pelo SEC.

O SR. GILBERTO CARVALHO — (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, solicitei a palavra para encaminhar a votação, pelo fato de ter tomado conhecimento de que a Secretaria de Educação e Cultura, junto à pessoa encarregada e responsável pelo pagamento das serventes. Foi feita uma nova modalidade porquanto o ano passado o pagamento das serventes era feito diretamente à Inspetoria, sem a qualificação das pessoas que recebiam mas sim quanto ao número das serventes.

Existe hoje uma folha de pagamento, com o nome de tôdas as serventes. E com o vencimento de cada servente e data em que iniciou o serviço. Já está pronto e liberado o pagamento de março. E será encaminhado através de agência bancária nas localidades. E quanto aos meses de abril, maio e junho, foi prometido que, dentro de 30 dias, será pago. O mês de março já está sendo encaminhado às Agências Bancárias para aquelas Inspetorias que já mandaram esta nova folha de pagamento de março com a modalidade adotada.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento. — Aprovado.

Requerimento de autoria do sr. deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício aos srs. Governador do Estado, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral e Secretário do Interior e Justiça, no sentido de que seja desenvolvida uma nova campanha de arregimentação de eleitores. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Emilio Carrazzi, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela fundação na cidade de Cornélio Procopio da "Associação dos Municípios do Norte do Paraná". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja informado, se oficialmente, já houve comunicação de sanção da lei que concede título de Cidadão Paranaense ao general José Campos de Aragão ao homenageado. — A Comissão Executiva para informar.

Sobre a mesa, emenda de autoria do sr. deputado Erondy Silvério ao Projeto de Lei n.º 126-71. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emenda de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, ao Projeto de Lei n.º 120-71. Necessita de apoio. — **Apoiada.**

Emenda de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, ao Projeto de Lei n.º 126-71. Necessita de apoio. — **Apoiada.** Serão anexadas ao projeto.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados:

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 126-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 18-71, encaminhando Anteprojeto de Lei solicitando autorização ao Poder Executivo para contrair empréstimo ou obter financiamentos externos até o montante de Cr\$ 800.000.000,00 (oitocentos milhões de cruzeiros), para os fins que especifica. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — EM REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o projeto e as emendas.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Paulo Poli, para discutir.

O SR. ALVARO DIAS — (Pela ordem). Sr. Presidente, srs. Deputados, faríamos um requerimento-verbal para que V. Exa. colocasse em discussão, antes do Anteprojeto de Lei n.º 126-71, o requerimento da bancada do MDB que solicita a convocação do sr. Secretário da Fazenda para que compareça neste Legislativo e preste informações a respeito do referido projeto.

Pedimos preferência para este requerimento a fim de que possamos estabelecer nossa norma de conduta em relação a tão importante projeto.

O SR. PAULO POLI — (Pela ordem) Sr. Presidente, data vênica o que acaba de requerer o brilhante Deputado do MDB, segundo o Regimento Interno, esse tipo de requerimento deve ser feito por escrito e submetido à apreciação do Plenário, no instante em que a matéria está para ser votada.

No entanto, se V. Exa. assim entender, poderá dar oportunidade ao nobre Deputado do MDB, que formule o requerimento por escrito.

O SR. PAULO POLI — (Para discutir) Sr. Presidente, srs. Deputados.

Temos em mãos Projeto de Lei oriundo de uma Mensagem Governamental e que pede a esta Casa uma autorização, ou um diploma legal, para que o Governo do Estado possa contrair empréstimos externos em total de 800 milhões de cruzeiros, com valor equivalente em moeda estrangeira.

Sr. Presidente, srs. Deputados, em data de ontem, assistimos pronunciamentos de diversos Deputados, inclusive do eminente Líder da bancada do MDB, que, em tese, se colocava até favoravelmente à aprovação dessa lei. No entanto, falava S. Exa. o nobre deputado Nivaldo Krüger sobre o seu interesse em ter conhecimento de que maneira seria esse dinheiro aplicado. Em seguida, o eminente deputado Líder da bancada da maioria, sr. João Mansur, fez uma série de explanações, deixando bem claras as intenções do Governo no que tange a aplicação dessa verba.

Em data de hoje, ouvimos vários Deputados que desfilaram por esta tribuna, inclusive da bancada do MDB, fazendo, como é justo, é lógico e natural, reivindicações junto ao Governo, no que tange a construção de estradas, pedindo ao Governo que atenda às reivindicações das regiões que representam.

Ainda há poucos dias da semana passada, ocuparam a tribuna, com raro brilhantismo, o eminente líder do MDB, que colocou na parede um mapa do Estado do Paraná, e solicitava, em seu pronunciamento, que o sr. Governador do Estado atendesse ao seu apelo no que tange a estrada que liga Campo Mourão a Guarapuava, eis que duas teses existem sobre o traçado dessa estrada, uma via Guarapuava e outra via Relógio, partindo ambas de Campo Mourão.

Estamos, neste retrospecto, fazendo justiça ao eminente líder e companheiros da bancada da minoria e às vezes, não entendemos, quando estamos nesta Casa, votando uma lei que dá ao Governo um diploma legal ou uma autorização para contrair no exterior um empréstimo para a construção de estradas e outras obras aqui mencionadas.

Recordo-me também que o eminente deputado Erondy Silvério, independente como é, muito embora pertencendo à bancada da ARENA, nem

sempre comunga com seus companheiros de bancada, em todas as teses aqui defendidas pela bancada da Maioria. Mas o eminente deputado Erondy Silvério, com muita astúcia, com muita habilidade, com muita inteligência, deixou bem claro sua posição no que concerne a esse Projeto, dizendo que votaria favoravelmente a ele; porque acredita que só dessa forma o Estado, que progride vertiginosamente como o Paraná, poderá acompanhar o progresso da iniciativa privada.

E, então, hoje, vimos esse mesmo deputado Erondy Silvério apresentar uma emenda ampliando esse pedido de crédito. Vimos também emendas outras, oriundas de Deputados da bancada da Minoria, procurando ampliar também esse crédito no exterior, então às vezes, nós chegamos a ficar indecisos, se os Deputados podem apresentar emendas a esse Projeto, entendendo eles que esse empréstimo deve ser solicitado e ampliado; por outro lado, às vezes vemos Deputados que discordam da aprovação dessa lei. Então, para que não permaneça essa incoerência, essa dualidade de posição, nós estamos aqui nesta tribuna para discutirmos o assunto.

Chamaríamos a atenção dos srs. Deputados de ambas as bancadas, para que tenham em vista, principalmente o Estado que representamos, porque afinal de contas, quando o Estado tem crédito no exterior, como é o caso do Estado do Paraná, isso é motivo de festa, de regozijo, é sinal de que tudo aqui anda bem; e é uma satisfação imensa para nós paranaenses, sabermos que o mundo todo acredita no Paraná, que aplica e quer investir no Paraná.

Pediria aos eminentes Componentes da bancada da Minoria, que pela importância da matéria que é delicada e de suma importância essa colaboração aprovando o projeto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Alvaro Dias, para discutir.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A oposição sistemática é prejudicial, perde a necessidade, o seu valor e, sobretudo, a extraordinária importância que deve exercer. Nada acrescenta de útil à política administrativa de um Estado ou do País. Não é esse, portanto, o nosso propósito, mas olhamos com muito cuidado, vemos com muita seriedade Projeto de Lei de tamanha importância, de consequências extraordinariamente positivas ou negativas para o Estado do Paraná. Sabemos também que quando se trata de decidir, através do voto a decisão do Executivo, nossa posição nesta Tribuna é de uma validade discutível, porque o nosso voto pouco ou quase nada representa diante da desproporção numérica das duas Bancadas nesta Assembléia. No entanto, para cá viemos conscientes desta particularidade e conscientes também da obrigação que assumimos como responsáveis pela fiscalização da administração pública estadual. Olhamos para a iniciativa do Governo do Estado, até certo ponto com muito otimismo, entendemos que este é o momento para investimentos. Vemos este Estado com ânsia de progresso e desenvolvimento, vemos o nosso povo com uma vontade inabalável de conduzir os destinos do seu Estado, à condição de segundo da nossa Federação e assistimos o seu progresso com pasadas largas desde há alguns anos atrás, com administrações que procuraram através do arrojo, de iniciativas extraordinárias, fazer com que realmente, pudéssemos almejar o que hoje almejamos, a condição de segundo Estado da Federação.

Se somos favoráveis à administração arrojada, a uma administração corajosa, a uma administração que procura incrementar o desenvolvimento, que procura lançar, hoje, as sementes, para colher amanhã os frutos pujantes desta coragem, se apoiamos as iniciativas que visem investir para alcançar o desenvolvimento, temos também o direito não só o direito, mas a obrigação, de exigir um plano para a aplicação de verbas desta natureza. Porque é grande a responsabilidade do poder público na aplicação do di-

nheiro do povo do Paraná, e ao povo do Paraná, cabe a prestação de contas, da aplicação deste dinheiro, para a conclusão de grandes obras ansiosamente esperadas. A administração pública, sem um planejamento, corre o sério risco do desvirtuamento, corre o sério risco de não alcançar as suas finalidades e os seus objetivos. É claro que um planejamento nunca deve ser rígido e inflexível, deve ser feito ele, abrindo possibilidades para uma flexibilidade maior no futuro, diante das necessidades e dos fatos novos que surgem constantemente.

Estamos certos, que os companheiros da Bancada governista, estão atendendo nossa posição, posição favorável a um empréstimo, mas uma posição cuidadosa, uma posição de fiscalização. E é por isso, em que pese os esclarecimentos trazidos com tanto brilhantismo pelo nobre líder da Bancada governista, deputado João Mansur, que pretendemos, solicitamos e apelamos para que a Bancada arenista nesta Casa apoie e aprove o requerimento da Bancada emedebista, liderada pelo nobre deputado Nivaldo Krüger, que solicitamos a presença do sr. Secretário da Fazenda nesta Casa, para que possa nos esclarecer em diversos particularidades. Trouxe-nos o nobre deputado João Mansur um plano de obras no setor rodoviário do Governo do Estado, mas a nossa apreensão, o nosso cuidado, não se prende apenas ao plano de obras do Governo do Estado. Mas outras perguntas serão formuladas pela Bancada emedebista, no seu cuidado de apreciar com profundidade a Mensagem do Governo do Estado.

Em quanto montam hoje, as despesas do Estado, com as obras executadas? É uma das perguntas.

Qual o débito do Governo do Paraná, a organismos nacionais e internacionais, referente a empréstimos feitos por órgãos da administração direta e indireta?

Em quanto montam os principais juros e taxas, e como estão sendo amortizados?

Qual o montante previsto ainda na lei, para novos investimentos?

São perguntas que merecem uma resposta, porque jamais votaremos, nesta Casa, matéria alguma com os olhos vendados, sem sabermos, com profundidade, suas consequências. É este o nosso cuidado, não podemos alterar a decisão desta Casa no momento de votar, e, volto a repetir mais uma vez, em consequência da falha de um sistema implantado neste País que impede o equilíbrio político capaz de trazer, realmente, a representação popular às Casas de Leis.

Mas, mesmo sabendo que o nosso ponto de vista pouco representará no instante de decidir, através do voto, tomamos todas as precauções e cumprimos com nossa obrigação de procurar o esclarecimento que deseja o povo de nosso Estado a respeito da aplicação de seu dinheiro.

Portanto, queremos deixar bem claro. Foi esta a razão da nossa questão de ordem levantada. Queríamos saber, antes de votarmos o Projeto de Lei, a decisão desta Casa com respeito ao requerimento de nossa Bancada que pede informações ao Secretário da Fazenda. Votaríamos favoravelmente à Mensagem se tivéssemos a promessa ou o compromisso de que aqui estaria amanhã S. Exa. o sr. Secretário da Fazenda do Estado prestando esclarecimentos. Não pode ser motivo de preocupação para o sr. Secretário da Fazenda e nem para a Bancada da ARENA se, realmente, deseja o Governo do Estado aplicar este montante em obras que resultarão em benefício da comunidade paranaense. Esta seria mais uma oportunidade de se dar conhecimento ao povo do Paraná dos propósitos e anseios administrativos do Governo, de seus objetivos.

Seria, portanto, benéfica esta visita para os propósitos do próprio Governo no sentido de sensibilizar o povo pela sua participação na obra administrativa. Já que S. Exa. fala em participação, também desejamos participar com nosso trabalho de retaguarda, de fiscalização porque, realmente, este trabalho é absolutamente necessário. Discordamos das palavras que o deputado

Ivo Tomazoni pronunciou ontem desta Tribuna quando afirmava ser a responsabilidade do partido do Governo muito maior do que a responsabilidade do partido de oposição. Isto não entendemos. Entendemos que as responsabilidades são idênticas, pois assumimos o mesmo compromisso com o povo do Paraná, compromisso de representá-lo com compostura, com dignidade e sobretudo com o espírito voltado para o bem comum, porque o espírito do homem público deve estar sempre voltado para o bem comum.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estou acompanhando o discurso de V. Exa. e se disse que o seu voto da aguerrida Bancada do Movimento Democrático Brasileiro nada vale, tenho a dizer que vale muito porque é a palavra de alertamento para o próprio Governo. A oposição quando exerce seu papel sem paixões, sem idéias, ou sem idéias pré-concebidas contra um plano de Governo ela é, às vezes, mais útil do que a adesão oficial do partido do Governo.

Mas, V. Exa. está incorrendo num erro quando, justificando um requerimento subscrito pelo Líder da sua Bancada, em que convoca o sr. Secretário da Fazenda para vir a esta Casa prestar esclarecimentos sobre dívidas já executadas e sobre a situação real das dívidas do Estado.

S. Exa. já deve ter, é claro, a relação das obras já construídas e cujo pagamento não foi realizado. E por esse motivo, apresentamos nosso voto em separado, para não retardarmos o andamento e a tramitação de tão importante matéria. E tenho absoluta certeza que essa Mensagem será aprovada, e que receberemos a relação de todas programadas, e a das já concluídas e cujo pagamento não foi efetuado.

Salientamos que não temos o intuito de protelar o andamento do processo, e por isso, pedimos ao sr. Governador do Estado que envie, a esta Casa, o seu plano.

Eram estas as afirmações que queríamos prestar à Casa, a fim de que determinados pontos fossem esclarecidos.

Era este o esclarecimento que queria prestar neste aparte a benevolência de V. Exa. me concedeu.

O SR. ALVARO DIAS — Finalizando nosso pronunciamento, gostaríamos de dizer que ninguém mais do que nossa Bancada, raciocina da forma asseverada pelo deputado Paulo Poli, não só neste problema, mas em todos os problemas que envolvem interesse da comunidade.

O problema não é de número, é de consciência. Entendemos nós também que o problema do povo não possui partida, entendemos também que os governos passam e as obras permanecem.

Devemos levar em consideração o povo, seus problemas e as obras a serem realizadas. É isso que procuramos, quando resguardamos, com a cautela necessária, o futuro de nosso Estado, e as consequências que poderiam advir de um empréstimo dessa natureza. Nosso objetivo não é outro, senão aquele de procurar a aplicação mais adequada para os dinheiros do povo que contribue com uma soma enorme de sacrifícios para o erário público de nosso Estado. Estamos certos, portanto, que a Bancada Arenista nesta Casa permitirá o diálogo como Governo, aprovando o requerimento...

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, estamos ouvindo com muita atenção a discussão da Mensagem Governamental, onde V. Exa., com muita razão, deixa transparecer o pensamento de sua Bancada com relação a aplicação desse montante que o Governo solicita autorização da Assembléia. Com relação à parte desse montante, tivemos a satisfação de, ontem, através dessa tribuna, trazer ao conhecimento dos Deputados, como seria aplicado, naquelas diversas obras que enumeramos ontem, de recuperação e renovação do parque de máquinas do DER.

Com relação, nobre Deputado, à convocação do Secretário da Fazenda, nós iremos abordar o assunto no momento em que o requerimento estiver

em votação. Mas, com relação ao empréstimo, nobre Deputado, veja V. Exa. que esta Casa apenas está autorizando o Governo a iniciar gestões neste sentido e veja V. Exa. quanto caminho terá que percorrer o Governo, para conseguir, não sei quanto, se até o limite autorizado por esta Casa, porque isso depende ainda de aprovação do Senado, do Banco Central da República, de autoridades federais e, mais do que isso, a preocupação muito maior do que desta Casa, é a dos investidores, dos homens que vão dar o dinheiro. Esses sim, irão tomar todas as precauções no sentido de que esse investimento tenha todas as garantias. Demodo que louvo a atitude de V. Exa. e de sua bancada, mas pode estar certo de que esta Casa, concedendo essa autorização ao Governo, estará ajudando o desenvolvimento do Paraná, estará ajudando o Governo do Estado, a fim de que ele faça uma administração que venha corresponder à confiança não só do povo paranaense, mas também de S. Exa. o sr. Presidente da República, que o indicou para nosso Governador.

Agradeço a permissão para o aparte e registro com satisfação a preocupação da Bancada de V. Exa....

O SR. ALVARO DIAS — Muito obrigado.

O sr. Sebastião Rodrigues — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. coloca muito bem nesta tribuna a posição do nosso Partido. Na verdade, creio que a Casa já está suficientemente esclarecida sobre o assunto, mas não toma posição contrária à autorização do empréstimo pretendido pelo Executivo do Estado. Na verdade esta autorização, eu penso, o empréstimo irá contribuir verdadeiramente para o desenvolvimento do nosso Estado, também não é menos verdade que a presença do sr. Secretário irá contribuir também muito para o aprimoramento do sistema político em vigor em nosso Estado, porque eu entendo, como V. Exa. também entende, que não há motivo para que se negue ao Governo autorização para contrair este empréstimo, mas também não pode haver motivo que impeça a vinda do sr. Secretário da Fazenda para prestar esclarecimentos necessários a esta Casa e, através dela, ao povo do Paraná. Isto viria, sem dúvida alguma, honrar muito mais o Governo, do que a ausência aqui do sr. Secretário, honraria muito melhor os propósitos do Governo do Estado que a negativa a requerimento formulado pela Bancada do meu Partido. Sei que nós, com a presença do sr. Secretário do Estado, estaríamos inaugurando um processo novo de política no Paraná, um processo melhor a ser seguido, e, confesso a V. Exa. que acho isso fundamental para evitar, no futuro, aquilo que assistimos no início da atual Legislatura, onde ouvimos Deputados da legislatura passada confessando que haviam apoiado o Governo passado desconhecendo o que havia feito, para evitar que isto ocorra no futuro, é preciso que acompanhemos passo a passo com o interesse de fiscalizadores que somos, as matérias que não entram nesta Casa. Acho que a presença do sr. Secretário da Fazenda, se não é fundamental para que concedamos autorização para o empréstimo, é fundamental para mostrar a boa vontade do Governo em estabelecer o diálogo que tanto apregoa, que é de tanto interesse.

O SR. ALVARO DIAS — De fato, estaríamos traindo o povo do Paraná se aqui estivéssemos numa bancada de oposição amedrontada, uma bancada de oposição amorfa, uma bancada de oposição que não procurasse o diálogo para o esclarecimento, que não procurasse por todos os meios para exercer a fiscalização absolutamente necessária e imprescindível. O nosso propósito, portanto, não é o de impedir este empréstimo, é, isto sim, de favorecê-lo, não só a este mas a outros também, o nosso propósito é aquele de evitar que se destine uma aplicação que não venha de encontro às reais necessidades do nosso Estado.

V. Exa. disse que o papel da oposição é de fiscalizar. Mas não é esta a oportunidade de se fiscalizar a aplicação do dinheiro público. A oportunidade é quando o Governo remete as suas contas à esta Casa. Aliás, a

função primordial do Poder Legislativo é a votação do Orçamento e a fiscalização de sua execução; o exame das contas do sr. Governador. Nessa oportunidade é que se faz necessária a vigilância, a fiscalização; nesta oportunidade é que devem ser feitas as convocações de Secretários de Estado e, às vezes do próprio Governador, quando há dúvidas quanto às suas contas.

V. Exa. sabe que o Governo não é capaz; que nenhum Governo pode programar quanto ao tempo e hora certa. Portanto, é justo que este Governo tenha que pagar diversas obras concluídas ou semi-concluídas do Governo anterior. Por exemplo, o plano de telecomunicações do Estado; é um plano dinâmico e não estático; é um plano que é feito em consonância com a Embratel e não pode sofrer paralisação, solução de continuidade; porque virá em prejuízo de um plano traçado pelo Governo Federal.

Então, é evidente que o Governo anterior, de Paulo Pimentel, realizou muitas sem ter a devida cobertura de caixa, no final do seu Governo. E não conseguia, obviamente, novas autorizações legislativas, para contrair novos empréstimos no exterior, a fim de complementar suas obras com a devida cobertura financeira, de caixa, por parte do Tesouro do Estado. Mas também não podia paralisar as obras; é um dilema governamental, que ele sempre deve optar pelo lado do povo; continuidade das obras, deixando ao seu sucessor o encargo de pagamentos.

E por isso que vou votar favoravelmente a esta Mensagem e sei que dêse dinheiro, uma boa parcela será para pagar obras concluídas no Governo anterior. Mas, hoje vamos receber as contas do sr. Paulo Pimentel nesta Casa. Vamos examiná-las exaustivamente. Existe até uma Comissão Parlamentar de Inquérito, que foi já designada por esta Casa. E se as contas não estiverem em ordem, será a hora do Deputado fiscalizar; cumprir a missão que lhe foi confiada pelo povo do Paraná.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre deputado Erondy Silvério, agradeço o aparte de V. Exa. Em relação à primeira parte, tenho a esclarecer que entendo perfeitamente a importância da nossa posição, da Bancada minoritária desta Casa e do seu voto. Apenas abordamos o aspecto de validade do nosso voto, no sentido de mérito, no momento de decidir numericamente a respeito das Mensagens encaminhadas a esta Casa.

Com relação à segunda parte do seu pronunciamento, que vem ilustrar a nossa participação nos debates do problema, gostaríamos de dizer que de forma alguma poderíamos nos colocar contrariamente aos empréstimos efetuados por esta ou aquelas administrações anteriores. Acreditamos que o administrador que guarda dinheiro em caixa, não é um mau administrador; é um péssimo administrador. A sua incumbência não é apenas administrar o dinheiro público, se fôsse apenas administrar o dinheiro público, seria muito fácil escolher o Governador do Estado. Bastaria escolhermos um perito em contabilidade, e estaria resolvido o problema. Governar é do Governo. Defendemos a presença de S. Exa. o Secretário da Fazenda algo muito mais importante. Saber aplicar o dinheiro e investir, faz parte nesta Casa, não para tomarmos a aplicação do dinheiro em Governo anteriores, mas apenas para tomarmos conhecimento da situação de nosso Estado com relação a empréstimos, para sabermos se realmente estamos em condições de pleitear, não só este, mas talvez, em futuro próximo, empréstimos superiores para que o Paraná possa continuar neste ritmo acelerado de realizações que empreendeu até aqui, a partir de alguns anos.

Consideramos, portanto, de grande importância a presença do Secretário da Fazenda nesta Casa porque virá à tona o diálogo importantíssimo para o esclarecimento, o diálogo que traz luz nova, o diálogo que provoca o descobrimento de novos fatos, o diálogo que pode trazer contradição extraordinária ao Governo. Queremos dialogar com o Governo, com se disse ontem nesta Casa, mas um diálogo de portas abertas. Não queremos o diálogo de portas fechadas, queremos o diálogo com a presença do povo, com a presença da imprensa. Queremos o diálogo para que a comunidade tenha

conhecimento dos objetivos de uma oposição consciente, que aqui veio fazer oposição para construir. (Assume a Presidência o sr. deputado Antônio Costa).

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. há poucos instantes preocupava-se — e acredito sem malícia — com números, com a diferença numérica, na opinião de V. Exa., existe entre as Bancadas, quando está em pauta a apreciação de matéria de tal importância. Gostaria, não procurando nem de longe contrariar V. Exa., mas apenas para fazer justiça, de dizer que diversos Deputados do Governo reiteradas vezes têm se conduzido com muita independência. Não será pelo fato da ARENA tem maior número que será fatalmente aprovada esta Mensagem. Haja visto a oposição dos deputados Paulo Camargo, Cândido Martins de Oliveira, Erondy Silvério e outros, que não vou citar nominalmente, que, às vezes, quando não se trata de questão fechada de sua Bancada, têm feito valer seu ponto de vista. Gostaria que V. Exa. fizesse justiça a estes cutros brilhantes Parlamentares. O problema não é de número, mas de consciência. Quando era discutido na Comissão de Finanças este projeto, eu havia dito ao deputado Maurício Fruet que se fizesse requerimento desta natureza, eu pessoalmente votaria com o requerimento. Talvez mesmo, a maioria de minha Bancada. Como vê, não é problema de aritmética, mas de consciência. Apenas colaborando com V. Exa. para que não se cometa por um lapso — o que não é o caso de V. Exa. — uma injustiça com determinados Deputados que se conduzem com independência.

O sr. ALVARO DIAS — Gostaria de agradecer por ter me lembrado de reparar, realmente, uma injustiça. Nem sempre nos lembramos que existem Deputados independentes neste Legislativo. Porque, alguns Deputados têm demonstrado uma independência altamente elogiável e, através dessa independência, a sua compostura de homens públicos que procuram as decisões pautadas na razão, na consciência.

Mas, nobre Deputado, V. Exa. a de convir conosco, experiente em política que é, que nem sempre se decide isoladamente, em questões de interesses partidários.

E temos assitido, na atual Legislatura, a vontade de certos Deputados, nesta Casa, de divergir de seus companheiros, mas, em virtude de uma orientação partidária, e em virtude de uma estrutura política, se vêm forçados a acompanhar a orientação que vem de cima.

V. Exa. há de convir comigo, a importância do equilíbrio político não pode e não deve ser contestada por ninguém como fórmula capaz de aperfeiçoamento do regime democrático. Enquanto não alcançarmos este equilíbrio político, seria pleonástico afirmar que estamos vivendo, no Legislativo, a representação autêntica do povo de nosso Estado.

O sr. Maurício Fruet — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, com relação ao pronunciamento que V. Exa. está fazendo, neste momento, e tendo em vista o aparte formulado pelo nobre deputado Paulo Poli, gostaria de esclarecer ao eminente orador e aos demais Deputados, que na Comissão de Finanças, quando analisávamos esse projeto, apresentamos um voto em separado, pretendendo justificá-lo em Plenário, o que faríamos hoje.

S. Exa. o sr. Governador do Estado, ao enviar a Mensagem a esta Casa, por certo — é claro e evidente — estudou, com seus assessores, as obras a serem construídas com essa importância.

O sr. Gilberto Carvalho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre deputado Álvaro Dias, é justa esta explicação de V. Exa. com referência à aplicação deste empréstimo do Governo, mas sabe V. Exa. que o Governo, logo no início do seu mandamento, aqui compareceu trazendo ao conhecimento desta Casa a situação em que se encontrava o Estado. Foi criticado o Governo que viesse fazer aqui críticas ao Governo passado. Tudo isso passou. Sabemos nós que a arrecadação do Estado vem em tór-

no de 65, 70 e 80 milhões por mês. Não era possível com a arrecadação do Estado o Governo pudesse continuar as obras já iniciadas, que o Governo pudesse anunciar as obras que foram iniciadas há poucos dias, como aquela estrada da região de V. Exa. Estamos precipitando, pedindo a vinda do sr. Secretário. Era preciso que fôsse aguardado este empréstimo, e tão logo conseguirmos o empréstimo montante, então solicitaremos ao Governo do Estado, que aqui compareça, para dizer o que seria feito com esta importância e qual as despesas a serem pagas neste período.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte, embora não concordo que seja precipitação, é isto sim, uma preocupação justa e necessária, pois teremos que prestar contas ao povo do Paraná, da nossa participação na vida pública nos dias atuais. E não é justo que aqui estejamos apenas representando o carimbo chancela das decisões governamentais, que estamos aqui apenas, para dizer: "Sim" a tudo que peça, a tudo que exija, o Executivo Estadual. Não é precipitação nossa, pedir a presença dos Secretários de Governo nesta Casa, porque há poucos dias, quando estivemos em Brasília com os companheiros Pinto Dias e Antônio Maciel, tratando do problema do prego do café, tivemos a satisfação de participar de uma reunião do Congresso Nacional, com o ministro da Agricultura Cirne Lima, convidado pela Comissão de Agricultura para debater problemas da agricultura, sem uma finalidade específica, sem a abordagem de problema específico. É uma prática que devemos adotar, para que possamos participar mais ativamente do Governo do Estado, para que possamos estar mais inteirados da administração pública do Estado. Também lá, esteve há pouco tempo, o ministro dos Transportes, Mário Andreazza, abordando o problema da Ponte Rio-Niterói. Não é motivo de precipitação da nossa bancada, pretender que aqui compareça um Secretário do atual Governo, para prestar os esclarecimentos que tanto se faz necessário. Queremos, ao encerrar os nossos esclarecimentos, agradecer a atenção de todos os srs. Deputados, àqueles que muito gentilmente nos apartearam, trazendo brilho em nosso pronunciamento, que não teve outro propósito senão aquele de mostrar o real objetivo da Bancada da Oposição neste Legislativo. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o nobre deputado Antônio Belinati, para discutir.

O SR. ANTÔNIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Inicialmente, queremos registrar a presença, nesta Casa, do vereador de Londrina Alcione Vesper Pimpão. Vereador que dedicou grande parte da sua vida ao Legislativo e à vida pública londrinense. Com relação à Mensagem Governamental que ora vamos discutir, projeto que leva o número 26, já vimos à tribuna anteriormente, e na primeira oportunidade, expressamos o nosso ponto de vista, com respeito a tão grande empréstimo, que o Governo vai contrair no exterior. E o próprio companheiro Alvaro Dias, já aqui delineou o comportamento da Bancada da Oposição, bancada pequena, é bem verdade, mas temos uma bancada que a exemplo dos srs. Deputados da ARENA, aqui estão, com o objetivo de legislar, de estudar os projetos que são enviados a esta Casa de Leis, e não com o objetivo de votar uma Mensagem que nós não conhecemos direito, e quem sabe, para algum dia, votar aqui um projeto que nem sequer conhecêssemos o seu teor, mas apenas para satisfazer aos desejos do sr. Governador.

Mas, esta Casa, numa demonstração viva e patente do regime democrático, discute democraticamente com muitos concordando, outros discordando, mas todos empenhados em servir o Paraná, em dignificar a confiança daquela gente que, em 15 de novembro, depositava seu voto no Deputado da Arena ou no Deputado do DMB, quando nas urnas o povo do Paraná depositava uma confiança enorme no trabalho que cada Deputado pudesse vir realizar nesta Assembléia Legislativa do Paraná.

Queremos, reforçando o pronunciamento anterior, dizer que não somos contra o empréstimo pretendido pelo Governador do Estado. É normal, é quase que praxe os Governadores buscarem dinheiro em todas as fontes, se bem que o dinheiro será pago, às vezes com juros até bem pesados.

Não seria justo que um representante de uma parcela do Paraná viesse condenar a intenção do Chefe do Executivo de emprestar 800 milhões de cruzeiros para o pagamento daquilo que já se fez e para pagamento daquilo que se pretende fazer.

Ontem, sr. Presidente, srs. Deputados, ouvimos o sr. deputado, líder João Mansur, trazendo explicações importantes para a definição do pensamento de cada Deputado a respeito do Projeto de Lei. Aqui estamos, entretanto, para, mais uma vez, dizer que votaremos a favor deste projeto, porém com uma ressalva, desde que aqui compareça o sr. Secretário da Fazenda do Paraná. Creio que não seria justo negar-se um requerimento que pretende ouvir, que pretende dialogar com o homem encarregado das finanças, com o próprio Secretário que foi aos Estados Unidos, para as demarches referentes a este maior empréstimo que se fará agora no Paraná.

Diria até mesmo, neste instante, que seria interessante a vinda do próprio Governador do Paraná. A Assembléia Legislativa está tão próxima ao Palácio Iguazu e o sr. Governador não levaria mais de cinco minutos para sair de seu Gabinete e chegar até esta Casa para dialogar com os 47 Deputados que aqui estão, com os Deputados que o apoiam e com os Deputados que fazem oposição.

Se porventura se disser que o Governador é homem ocupado, sabemos que tem gente do Paraná todo para atender, porque ali está centralizado o Governo do Estado, iremos sugerir que a vinda do sr. Governador seja após o expediente, após às 18 horas, oportunidade em que poderíamos discutir com o Governador, ouvir suas idéias quem sabe, até mesmo, naquela oportunidade, pudesse o sr. Governador acatar algumas sugestões, porque através do diálogo poderíamos chegar, quem sabe, a muitos pontos positivos, em relação a esse vultoso empréstimo que será feito. E mesmo porque, se fala no projeto, do pagamento de obras executadas e que serão executadas.

Sempre foi praxe nesta Casa que as Mensagens semelhantes viessem acompanhadas de uma justificativa e também se, especificaria onde seria aplicado o dinheiro autorizado pela Assembléia Legislativa. E nós estranhamos profundamente, apesar das explicações brilhantes do sr. líder João Mansur, estranhamos que o sr. Governador, com uma equipe tão grande de assessores, não tivesse tido a oportunidade de relacionar em sua Mensagem, quais as obras que serão pagas com 800 milhões de cruzeiros, dinheiro que nós vamos autorizar.

Falou-se em estradas; e nós não podemos relacionar as ajudas que são destinadas ao Paraná, para o setor rodoviário. Mas sabemos que temos o Banco Mundial, que está dando uma boa ajuda ao Governo do Paraná, para o asfaltamento de diversas obras. Não sabemos quantos milhões de dólares o Banco Mundial destinará para a pavimentação asfáltica do Paraná; mas sabemos que o Banco Mundial está presente também no desenvolvimento rodoviário do Paraná.

Nós sabemos que o IMBRA também depositou, no Banco do Estado do Paraná, 90 milhões de cruzeiros para a eletrificação rural. Então, nós vemos o Paraná sendo ajudado por órgãos federais; por órgãos internacionais. O Paraná sendo até mesmo ajudado por esta Assembléia Legislativa, porque os seus componentes, aqui estão, todos preocupados com o Banco do Estado. E nós, com o respeito às dificuldades do Estado, salientamos que conhecemos as dificuldades: os asfaltos para serem recapados, os asfaltos para serem executados; as estradas que ainda não foram pavimentadas; muitas delas em precárias condições; muitas sem as mínimas condições de tráfego; escolas para serem reformadas; escolas para serem construídas; entidades

de assistência social do Paraná, que recebem verbas votadas pela Assembleia Legislativa, ou melhor, que são notificadas que receberam; foram incluídas no Orçamento do Estado, com verbas incluídas por este ou aquele Deputado; mas nem sempre a entidade assistencial ao final do exercício financeiro, consegue receber aquilo que teria direito, aqueles benefícios que ela passaria a desfrutar com a votação, por esta Casa de Lei, de muitas verbas. E eu confesso até mesmo que há muitas verbas, se o Paraná continuar neste ritmo, seria desnecessário incluírmos aqui as entidades que cada Deputado conhece, que são merecedoras de uma verba oficial mas que infelizmente termina o ano e elas não recebem a menor importância do Estado do Paraná.

Nós vemos o caso do Instituto de Assistência ao Menor, aqui de Curitiba, que já pudemos criticar desta tribuna. Instituto que tem por obrigação de amparar aquelas crianças menos favorecidas pela sorte; o Instituto obrigando agora a mãe da dor a sua criança, para o Instituto, e se a mãe não quiser doar a criança para que ela fique internada no Instituto de Assistência ao Menor, a mãe terá de pagar 75 cruzeiros por mês para que seu filho ali fique para que ela possa trabalhar como empregada doméstica. Aquela mãe que às vezes é viúva, aquela mãe que às vezes não tem marido, aquela criança que tem pai e não tem mãe, pai que é operário e recebe salário humilde!

Vemos os Hospitais de Curitiba. Não queremos criticar mas vemos o próprio Hospital Adauto Botelho, onde são internados os doentes mentais do Paraná. Sabemos que é uma luta — e não vai aqui nenhuma crítica àquele Hospital — mas sabemos que para se internar um doente naquele Hospital terá que ser feita uma doação que atinge 200 cruzeiros. O doente que vem do interior, como indigente, jamais terá condições de pagar esta importância. Todos sabemos quantos Deputados desta Casa estão tirando de sua verba pessoal o dinheiro que é dado como doação para internar os doentes de suas cidades.

Vemos que há muita coisa a ser feita com respeito a um melhor atendimento financeiro para estes Hospitais.

As repartições públicas do Estado funcionando com número limitado de funcionários! A Polícia do Paraná, sem condições e precisando ser melhor reaparelhada para fazer uma severa repressão aos marginais que agem no Estado!

Por tudo isto queremos dizer que realmente o Paraná, grande como é, o Paraná, grandioso, está carente de um reforço financeiro nos mais variados setores.

Queremos aqui apelar à liderança da ARENA e aos Parlamentares que apoiam o Governo, para que aprovelem o requerimento do MDB no sentido de que aqui venha o Secretário da Fazenda e, como dissemos, até mesmo o próprio Governador, que haverá de ser bem recebido por esta Casa para que possa, através do diálogo, sugerir uma melhor orientação principalmente à Bancada do MDB. Entendemos como explicações necessárias porque não estamos aqui votando um empréstimo pequeno, mas para conceder o maior empréstimo financeiro de toda a história de nosso Paraná e temos certeza de que, através do diálogo, poderemos chegar ao denominador comum.

Não sei se as informações do líder João Mansur são informações oficiais com respeito à futura aplicação do dinheiro pretendido pelo Governo do Estado, que não se fixa numa importância exata do dinheiro, porém fala num empréstimo de até 800 milhões de cruzeiros. Nós sabemos do dinheiro que está chegando ao Paraná, dos 200 milhões votados pela legislatura anterior. Esse dinheiro está vindo ao Paraná. Com o dinheiro do INCRA, do Banco Mundial, o Governo terá dinheiro para adiantar as obras administrativas, porém seria, em nosso entendimento, um processo anti-

democrático, quem sabe, rejeitar um requerimento que não pretende outra coisa senão ouvir e dialogar com o Secretário da Fazenda.

— Fomos informados pelo nosso Líder de que, amanhã, o sr. Líder da bancada da Maioria, João Mansur, trará, aqui, informações oficiais a respeito da aplicação deste dinheiro.

E nós queremos aguardar as informações para que possamos conduzir, para que possamos fixar nossa conduta, nosso procedimento, na votação deste projeto em 3a. discussão.

O sr. João Mansur — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa. se referiu ao pronunciamento que fizemos ontem, trazendo ao conhecimento dos srs. Deputados, informações. Mas, quero dizer a V. Exa. que as informações não são minhas, apenas fui portador de um plano do Governo que será executado com esse empréstimo. O plano se encontra em mãos do deputado Líder do MDB e pode ser consultado por todos os srs. Deputados, que o desejarem. O plano que trouxe a esta Casa refere-se ao setor rodoviário.

E com relação à sugestão que V. Exa. apresenta, da vinda do sr. Governador do Estado a esta Casa, a fim de debater com os Deputados de ambas as Bancadas, só queria esclarecer a V. Exa. que os Deputados do Governo, diariamente, dialogam com o sr. Governador do Estado.

Mas, quero dizer a V. Exa. que o sr. Governador do Estado terá o máximo prazer em manter um diálogo franco, honesto, com os srs. Deputados do MDB, com o objetivo de bem servir o Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Deputado, gostaria, já que V. Exa. trouxe, ontem, o Plano Rodoviário do Governo Haroldo Leon Peres, gostaria de indagar se V. Exa., a título de orientação, poderia dizer em quanto importa o financiamento do Banco Mundial para execução desse Plano Rodoviário.

O sr. João Mansur — No momento não tenho dados para informar a V. Exa. mas poderei trazer.

O SR. ANTONIO BELINATI — Obrigado. Seria interessante também que V. Exa. trouxesse a destinação da parte federal. Porque o próprio eminente ministro Mário Andrazza citou, quando esteve aqui no Paraná, diversas obras que seriam realizadas com ajuda do Ministério dos Transportes.

Então, se V. Exa. trouxer esses dados poderíamos chegar a uma conclusão melhor.

Agora, com respeito ao nosso diálogo, em Palácio, devo dizer a V. Exa., que o MDB sempre esteve disposto ao diálogo administrativo, não entrosamento político com o Governo do Estado. Mas, sempre que nós aqui trazemos um requerimento dirigido ao sr. Governador do Estado é com o intuito de colaborar na administração do Estado, porque as sugestões aqui por nós trazidas, objetivam o atendimento para o Paraná e nunca o atendimento de setores pessoais.

Sugerimos a vinda do sr. Governador a esta Casa, ainda que depois do Expediente. S. Exa. tem feito várias visitas, a própria "boca maldita" recebeu a visita de S. Exa.

S. Exa. poderia destinar 15 minutos, ou meia hora, para um contato com os Deputados do MDB, porque como bem disse o nobre deputado João Mansur, dos Deputados da ARENA estão, continuamente, em diálogo com o sr. Governador.

Era o que queríamos dizer: votaremos, hoje, com o projeto do sr. Governador. Porém, queremos ressaltar, não colocamos em dúvidas a palavra do Líder da Maioria, mas queremos deixar bem claro que se as informações que forem trazidas amanhã, de caráter oficial, com respeito à aplicação desse dinheiro, se elas não nos convencerem, nós votaremos contra o projeto do sr. Governador, em 3a. discussão, amanhã.

Não que sejamos contrários à vinda desse dinheiro ao Paraná, somos contra o projeto de como ele foi redigido. Ele não esclarece bem e enten-

demos até mesmo, que foi muito mal redigido o projeto do sr. Governador, um projeto de tão grande importância, como é o de n. 126-71. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Muggiati Filho, para discutir.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Preliminarmente, desejamos registrar o nosso reconhecimento e a nossa homenagem à ilustre liderança da Maioria desta Casa, que em resposta ao cntem solicitado por nós em um aparte a S. Exa., houve por bem o sr. deputado João Mansur de nos esclarecer devidamente sobre os interesses mais imediatos, no tocante à estrada de rodagem do município que representamos, que é Arapongas, em sua ligação com Astorga. Não seria demais repetir que sempre entendemos ser possível nesta Casa o diálogo com a eminente bancada majoritária. Salvo algumas exceções, quer nos parecer que esta Casa tem se conduzido dessa maneira.

Desejo, de minha parte, no entanto, como que corroborando em grande parte o que disse o deputado Alvaro Dias, ilustre Vice-Líder de nossa Bancada que, de qualquer forma, em relação ao Executivo, tendo já contado em suas determinantes, as afeições de natureza pessoal, ou seja, os interesses pessoais, tem passado acima dos interesses públicos, nós nunca encaramos uma Mensagem Governamental a não ser no seu devido interesse público.

Confiamos também que a Maioria, para seu próprio bem, traga de uma forma ou de outra, ou seja, direta ou indiretamente a esta Casa, a palavra do ilustre Secretário dos Negócios da Fazenda do Estado do Paraná. O nosso objetivo nesta Tribuna é justificar uma Emenda apresentada ao Artigo 3.º da Mensagem 18-71. O Artigo 3.º da Mensagem 18-71 reza: (Lê) "Para obtenção dos empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente lei, fico o Governo do Estado autorizado..." Tenho a impressão que aqui o verbo está no singular, por erro de impressão. Deve ser "ficam"... (Continua lendo) "a emitir notas promissórias até o valor previsto no artigo 1.º negociáveis e transferíveis, ou pelo Banco do Estado do Paraná S.A. ou pelo Banco de Desenvolvimento do Paraná, em favor de financiadoras estrangeiras".

Esta matéria precipuamente é regulamentada pelo Sistema Financeiro Nacional e nos parece menos feliz para a redação deste Artigo 3.º, principalmente porque da sua leitura não se divisa claramente o objetivo da lei se nós a interpretarmos da seguinte maneira. Entendemos que o Governo pretende emitir para atender ao empréstimo, em conjunto com o Banco do Estado do Paraná e com o Banco de Desenvolvimento, notas promissórias que seriam avalizadas pelo Tesouro do Estado, pois nos parece que não poderia ter outro sentido o texto da lei: Fica o Governo do Estado, o Banco do Estado do Paraná e o Banco de Desenvolvimento do Paraná autorizados a emitir notas promissórias. Aqui, então, encontramos o primeiro e definitivo impêço, a esta autorização legislativa. Não nos parece ter cabimento esta Assembléia autorizar o Banco do Estado do Paraná S.A. e o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná a emitir notas promissórias. Então, entendemos que foi menos feliz a redação da lei, e, em nossa justificativa dissemos que, (Lendo): "De conformidade com o art. 4.º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964 (Sistema Financeiro Nacional), compete privativamente ao Conselho Monetário Nacional:

"VI — disciplinar o crédito em todas as suas modalidades e as operações creditícias em todas as suas formas, inclusive, aceites, avais e prestações de quaisquer quantias por parte das instituições financeiras".

"XVII — Regulamentar, fixando limites, prazos e outras condições, as operações de redesconto e de empréstimo, efetuadas com quais instituições financeiras públicas e privadas de natureza bancária".

Por sua vez, o Artigo 87, do Decreto-Lei n. 2627, de 26 de setembro de 1.940, a lei das Sociedades Anônimas, preceitua que: "é a Assembléa Geral que tem poderes para resolver todos os negócios relativos ao objeto de exploração da sociedade e para tomar as decisões que julgar convenientes a defesa desta, e ao desenvolvimento de suas operações".

Mas ainda, além do Sistema Financeiro Nacional, tem um dispositivo que interessa mais de perto a matéria e que é o seu Artigo 24. (Lê): "As Instituições Financeiras Públicas não federais, ficam sujeitas às disposições relativas às instituições financeiras privadas, asseguradas a forma da Constituição dos existentes na data da publicação desta". E para que se tenha uma idéia das penalidades impostas aos diretores de instituições financeiras, privadas, vou ler o Artigo 42 que diz o seguinte:

"Os Diretores e Gerentes das instituições financeiras respondem solidariamente pelas obrigações assumidas pelos mesmos durante a gestão até que elas se cumpram".

Parágrafo único — Havendo prejuízos, a responsabilidade se circunscreverá ao respectivo montante".

Vemos por consequência que na sua elaboração legislativa, a Mensagem Governamental por uma questão talvez de urgência no encaminhamento da matéria, deu ao Artigo 3.º uma redação desconforme com as leis federais em vigor. E em que pese o respeito que nos merece a redação do Artigo 3.º, ofereceremos então esta emenda, visando deixar ou colocar a matéria nos seus devidos termos, propondo esta emenda: "Artigo 3.º — Para obtenção dos empréstimos ou financiamentos a que se refere a presente lei, fica o Governo do Estado autorizado a emitir notas promissórias até o valor previsto no Artigo 1.º, asseguráveis ou transferíveis, ou pelo Banco do Estado do Estado do Paraná e ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Pavor de financiamentos estrangeiros.

§ Único — O Governo, pelas vias competentes, poderá solicitar ao Banco do Estado do Paraná e ao Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná, que também subscrevam os mencionados cambiais como seus emittentes, operando-se a emissão conjunta das mesmas e com aval do Tesouro do Estado, sempre que lhe convier".

Como notam os srs. Deputados, a Emenda, em tudo aquilo que não diz respeito à separação das matérias, usou quase as mesmas palavras usadas pela Mensagem. E na separação das matérias, não se exclue matéria, o Governo pede a emissão, a autorização para emitir notas promissórias em conjunto com o Banco do Paraná S.A., e com o Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná. Esta autorização lhe é dada, pede o aval do Tesouro do Estado. E nós entendemos que sempre que lhe convier, poderá haver operações dentro deste empréstimo que o Governo não sinta a necessidade deste aval. Então o texto diz:

"sempre que lhe convier"

Quer nos parecer, tanto em vista ainda que esta lei que representa o primeiro passo ao Governo do Estado para a obtenção destes recursos, e que em face à Legislação federal em vigor será filtrada nas esferas das autoridades federais esta emenda que, de sua parte, representa uma contribuição para que o Governo não se apresente diante das autoridades federais mal documentado, sem a necessária autorização das instituições financeiras.

Sabem os srs. Deputados que o Banco do Estado do Paraná é Sociedade Anônima, cujas ações estão à venda na Bolsa de Valores, com grande número de acionistas e que sua Diretoria, face à instituição legal que lhe é imposta, tem a mais alta responsabilidade nesta matéria. Fugiremos de nossa competência e estaremos legislando sobre matéria que não é da competência desta Assembléa, se autorizarmos o Banco do Estado do Paraná a fazer qualquer coisa.

Para que, perante as autoridades monetárias federais, para que, perante

o Ministério da Fazenda, para que, perante o Governo Federal, o Governo do Estado se apresente munido de documentação valiosa é que se apresentou a Emenda ao Art. 3.º.

Deixou-a à Casa para que, mais uma vez, delibere e tenho certeza que deliberará com elevado sentido de justiça. Muito obrigado! — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Hélio Manfrinato, para discutir.

O SR. HELIO MANFRINATO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Diversos oradores já passaram hoje por esta tribuna e não poderia eu deixar de me manifestar a respeito do Projeto de Lei n. 126-71, do sr. Governador do Estado.

Falou-se aqui em pagamento de serventes, falou-se em construção de estradas, falou-se em asfaltamento, falou-se na necessidade de melhor aparelhar a nossa Polícia Militar. Ontem o líder do Governo descreveu os interesses deste empréstimo, destacando o plano de asfaltamento, da compra de moto-niveladoras, de caminhões e de jipes necessários aos nossos Departamentos.

Acho, sr. Presidente, srs. Deputados, que este empréstimo virá solucionar o problema, principalmente, dos pequeninos, entre os quais se encontra as serventes que, desde março, não recebem.

O nobre deputado Gilberto Carvalho acabou de afirmar da tribuna que planos já foram encaminhados para que a situação dessas servidoras seja regularizada. Na minha região, Cianorte, essas infelizes não recebem seus vencimentos desde março.

Esperamos que com este empréstimo o Governo do Estado do Paraná irá regularizar todas as situações deste Estado promissor que tem estrutura para garantir estes 300 milhões de cruzeiros que tanto necessita no momento.

Com relação ao caso da Polícia Militar do Estado do Paraná tenha a dizer que na minha cidade, Cianorte, sede de Comarca, tem apenas um delegado e três soldados, sem condição nenhuma.

A Polícia Rodoviária do Estado, ainda me lembro que o deputado Xenofonte Vilanueva citava um assunto que acompanhei, no trecho da estrada entre Curitiba e Apucarana, um veículo que se desastrou e que ele foi em busca de socorro, ou melhor, da Polícia; durou, srs. Deputados, 4 ou 5 horas, para que esse ilustre Deputado conseguisse localizar um elemento da Polícia Rodoviária, para ir então em busca do acidente, ou da ocorrência.

Muitas destas estradas que ligam Curitiba a todas as estradas do Paraná, não têm o equipamento, aquele soldado ou aquele policial, para estar dando a vistoria necessária.

Pois logo em seguida, srs. Deputados, 4 horas depois do acidente, passei lá e ainda estava o corpo debaixo do carro; e a Polícia ainda não tinha aparecido. Isto significa falta de equipamento: de veículos para que este Paraná e esta Secretaria e o DER possam trabalhar.

Vejam o Hospital das Crianças e outros hospitais da cidade sem recursos. O Paraná precisa de dinheiro para se reorganizar. Para executar sua planificação.

Ainda me lembro quando o líder da bancada do MDB nesta Casa dizia ontem, que sem dinheiro não se faz nada. E hoje, sr. Presidente, srs. Deputados, para definir a minha posição de voto é que ocupo a tribuna, dizendo que votarei a favor deste empréstimo e com muita honra a favor do requerimento apresentado pelo ilustre deputado Dorival Scaramella, alterando este empréstimo, devido às necessidades de sua região.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sr. deputado, quando V. Exa. ocupava, pela primeira vez a tribuna nesta Casa,

senti que tínhamos pela frente um homem de bem; um homem preocupado com o povo, com sua posição e, principalmente, nobre Deputado, com o agricultor.

Em outra ocasião, V. Exa. com muita propriedade, desta tribuna, defendeu com raro brilhantismo a posição do nosso pequeno agricultor, do colono, deixando transparecer o amor que V. Exa. devota a seu Estado.

Hoje, nobre Deputado, V. Exa. volta à tribuna para discutir a aprovação ou não desta Mensagem do Governo, que através dela procura, como é óbvio, trazer maiores benefícios ao povo e à gente paranaense. A posição de V. Exa. é coerente; é a posição de um paranaense que quer o bem do seu povo e do seu Estado. Distante de demagogia, distante de influências estranhas.

Pedimos o aparte, nobre Deputado, para nos parabenizar com V. Exa.. Terá V. Exa. sempre total, completo apoio de nós outros, em pronunciamentos desta natureza.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado.

O sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Também não poderíamos deixar, ilustre colega, de parabenizarmo-nos com V. Exa. pela brilhante defesa que faz do Governo nesta Casa, através do Projeto de Lei n.º 126-71.

O SR. HÉLIO MANFRINATO — Não faço só a defesa ao Governo, faço ao Paraná, porque há poucos dias, nesta Casa, lembro-me quando o Líder do MDB defendia aqui o nome de S. Exa. o Presidente da República, que tão bem vem conduzindo a nossa Pátria. Gostaria de fazer uma referência a V. Exa., como homem do MDB, pois acredito que quando o Governador do Estado aqui esteve prestando contas do anterior Governo, naturalmente, através de seus técnicos, de sua assessoria, deveria estar bem informado e deveria saber o que estava fazendo porque, daqui a três anos é meio, deixará o Governo e haverá de prestar contas ao futuro Governador. Ele tem este compromisso pela frente.

Quero frisar ao ilustre líder da ARENA, deputado João Marsur, que com referência ao requerimento ontem encaminhado pelo eminente líder do MDB, deputado Nivaldo Krüger, pedindo que o sr. Secretário da Fazenda comparecesse a este Plenário, deveria ser estendido a todos os Secretários que ajudam a governar o Paraná, junto conosco, junto com o Governador do Estado e precisamos partir para um campo de civismo, onde poderemos dialogar para que haja melhor compreensão, como disse da Tribuna, não só hoje, mas de outras vezes.

Tenho certeza de que a nossa Bancada e a da ARENA são de homens bem intencionados. Também acredito em S. Exa. o sr. Haroldo Leon Peres, porque não o conheço de ontem, ou de cinco ou seis anos passados. Conheço-o quando trabalhava na Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, onde sempre mostrou a sua fisionomia de homem nas suas atitudes, na sua personalidade, porque a Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, afirmo nesta Casa, é uma das maiores organizações da América do Sul e se ele passou por lá, num cargo de tanta responsabilidade, acredito que como Governador do Estado também deverá cumprir, como cumpriu no passado, sua missão.

Gostaria de deixar claro que sou homem do MDB e, com outras palavras confirmando, graças a Deus porque, não desmerecendo outros Partidos, foi pelo MDB que o povo me trouxe à Tribuna para que pudesse aqui, perante os nobres Pares, defender os direitos de meu povo e de meu Paraná.

É por isso que eu tenho confiança e espero muito da assessoria deste Governo. Confio também no Governo, confio nos Deputados, sejam desta ou daquela Bancada. Minha esperança é ver um Paraná maior, com crédito superior em outros Governos, empréstimos não só de 800 milhões, mas até de trilhões porque isto significa que o Paraná está desenvolvendo, significa que seu povo

tem crédito e garantias para empréstimos no âmbito federal ou no âmbito internacional.

Já defini minha posição, votarei favoravelmente ao projeto e espero que esse dinheiro, que virá em benefício do povo paranaense, seja o símbolo do progresso do Paraná, que ele incremente nossas indústrias, que incremente nossa agricultura, porque, no Paraná, haverá mais amor, no Paraná haverá mais esperança para todos os brasileiros.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

A Mensagem do sr. Governador do Estado solicitando autorização desta Casa de Leis para contrair empréstimo até o total de 800 milhões de cruzeiros, levantou celeuma dentro deste Plenário, e atrai as atenções dos homens responsáveis deste Estado para as discussões que aqui se ferem, e ao Projeto de Lei consubstanciado nessa Mensagem. Sobre tudo em razão dos termos em que vem redigida a Mensagem e o Anteprojeto de Lei. Empréstimo desta monta, deste total, quero crer que dificilmente haja ocorrido na história política deste País. E jamais ocorreu, ou brevemente virá ocorrer, na história política, especificamente deste Estado, sobretudo nos termos em que ele foi posto, termos vagos, termos sem nenhuma especificação, data vênha do entendimento daqueles que defendem acirradamente a aprovação desta Mensagem. Como Deputado da ARENA mas, principalmente como Deputado consciente da grande responsabilidade que tem perante seu eleitorado e perante o Paraná, eu venho a esta Tribuna para expender o meu pensamento, principalmente quando está para ser votado um requerimento de autoria da Liderança da bancada do MDB, convocando, para vir a esta Casa, o homem responsável pelas finanças do Estado do Paraná, o sr. Secretário da Fazenda.

Se a Mensagem e o Anteprojeto de Lei não informam suficientemente, não podemos, conscientemente, votar favoráveis a esta Mensagem. A vinda do sr. Secretário da Fazenda a esta Casa seria, realmente, de grande valia e grande utilidade. Porque S. Exa. poderia, então, esclarecer os termos obscuros, trazer ao conhecimento desta Assembléia Legislativa novos fatos que, quem sabe viriam nos colocar imediatamente a favor dessa autorização, com a consciência perfeitamente tranquila. Porque, sr. Presidente, srs. Deputados, diz a Mensagem que, no artigo 1.º do plano de Lei em questão, consta a destinação dos valores. Afirma que esse artigo diz onde os 800 milhões serão aplicados. Se formos ler o artigo 1.º, vemos que ele, pura e simplesmente, repete os termos da Mensagem, dizendo que a destinação desses recursos, dessa soma fabulosa, é para o atendimento de despesas com obras já executadas, custeio de obras públicas de infra-estrutura e outras despesas relativas à programação contida em orçamentos anuais, ou plurianuais.

Quais as despesas com obras já executadas? Quais as obras que o Governo anterior executou e não pagou?

O sr. governador Haroldo Leon Peres, com todo o respeito e consideração que me merece, tem dito ao Paraná todo que recebeu o Estado com dívidas, que terá de pagar mais de 60% das obras executadas no Governo do sr. Paulo Pimentel. Concordamos com S. Exa., mas achamos que esta Casa tem o direito de saber quais as obras que o Governo anterior não pagou. Quais os credores do Governo? Qual a rodovia construída no Governo Paulo Pimentel e que não foi paga? Qual o empreiteiro que tem crédito e em quanto monta esse crédito? Qual o Grupo Escolar, o Ginásio, a Usina que foi construída no Governo passado e até agora ainda não se ressarciu dessa despesa?

Apenas esta minha posição como Deputado consciente, não a favor de Paulo Pimentel, não a favor de Haroldo Leon Peres, mas como homem que representa o povo, e que vê o seu Governador dizer que vai pagar 60% das obras executadas no Governo anterior.

Quais as obras que não foram pagas? Acredito, sr. Presidente, que o sr. Secretário da Fazenda nos diria isso, que o sr. Governador concordaria com a vinda do seu Secretário da Fazenda, para expôr aos Deputados da Arena e do MDB quais as obras que não foram pagas. E, principalmente, quais as obras que o Governo deseja realizar.

Ouvi com muita atenção e nos congratulamos com o plano de obras do Governo, no setor rodoviário, pela brilhante exposição do sr. deputado João Miansur. Mas é um plano setorial, apenas o setor de estradas. Quando nós sabemos que, hoje, planejamento governamental se faz em termos globais, se faz em termos de atendimento de tôdas as necessidades e, principalmente, deve obedecer a uma filosofia de Governo e de aplicação de recursos.

Sei que amanhã vão explorar meu pronunciamento perante o sr. Governador do Estado para pegar mais comandos políticos, mas eu não posso calar a verdade. A minha consciência me impele a dizer o que penso. A verdade é que até agora, não temos um planejamento de Governo, pelo menos esta Casa não recebeu o planejamento de Governo.

Congratulo-me com o Líder da Bancada pelo plano rodoviário do Governo, mas acredito que hoje, no Governo da Revolução, no Governo de técnicos, no Governo de honestidade, no Governo de planejamento, esta Assembléia deveria merecer a consideração do Poder Executivo e aqui trazer, senão um plano total, pelo menos um plano de aplicação dos 800 milhões de cruzeiros.

Qualquer Prefeitura, sr. Presidente, que deseja contrair ou fazer uma operação de crédito com qualquer financiadora ou com o Banco do Estado, deve, para conseguir autorização legislativa, encaminhar à Câmara Municipal a destinação perfeita da verba, para o que quer, de onde vem a verba, quanto vai pagar de juros e qual o prazo de carência. Para comprar um trator, uma Prefeitura precisa fazer isto. Mas para conseguir 800 milhões de cruzeiros de financiamento, que nós não sabemos de onde vem, qual o juro que vai se pagar, nós Deputados Estaduais, não temos o direito de saber aonde será aplicado. E talvez não se saiba ainda, aonde será aplicado, mas o que vai se pagar, isto é obrigação comestinha do Governo, dizer a esta Casa qual a obra que precisa pagar, qual o asfalto terminando, concluído, ou qual a empreiteira que vai receber; apenas com relação a isto, não sou contra o empréstimo, assim venham milhões de empréstimos como este. Apenas, sr. Presidente e srs. Deputados, entendam, a nossa posição é no sentido de esclarecimento, é para que amanhã, quando S. Exa. o sr. Haroldo Léon Peres sair do Governo, eu possa, nesta Casa de Leis, se aqui estiver, dizer que votei esta Mensagem conscientemente. E não fazer como muitos, que votaram a Mensagem da lei no Governo passado, que autorizava o Governo passado a contrair empréstimos, e depois dizem na Assembléia Legislativa que votaram sem conhecer, que votaram sem saber, que não sabiam o endividamento do Estado; isto é fim do mundo, para mim. É falta de responsabilidade comestinha de um homem público.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, o pronunciamento de V. Exa. neste fim de tarde, é um dos melhores que já vi nesta Casa.

V. Exa. está colocando a questão objetivamente, sem ataques pessoais ao Governo do Estado, e V. Exa. agora abordou um ponto em que vou me basear, para votar favoravelmente ao requerimento da Bancada do MDB. Não que eu seja favorável à vinda do sr. Secretário da Fazenda a esta Casa, porque ele não vai dizer coisa com coisa. Ele não pode dizer a origem do empréstimo, porque sabe-se que isto se negocia com grupos financeiros internacionais. Não se sabem quais os grupos que estariam dispostos a empres-

tar ao Estado tão vultosa importância embora o Estado tenha crédito para isto, os juros não se sabe, qual a fonte de empréstimo, também não se sabe.

Poderá saber o juro, o prazo de carência, afinal, a palestra com o sr. Secretário da Fazenda aqui, será quase que um prolongamento da célebre Mensagem do sr. Haroldo Leon Peres, lida nesta Casa no seu segundo dia de Governo. Virá, eu sei, o Secretário, dizer que recebeu o Estado em frangalhos, e que, milagrosamente, recuperou em 90 dias. Já não é mais novidade para ninguém o que ele virá dizer. Mas eu votarei favoravelmente ao requerimento para que, no final do Governo do sr. Haroldo Leon Peres, vou repetir aqui as palavras de V. Exa., quando outros governos vierem aqui nesta Casa fazer as mesmas acusações, talvez levianas, que o sr. Haroldo Leon Peres fez a Paulo Pimentel, eu possa dizer em alto e bom som, ao povo do Paraná, que eu conhecia a situação financeira do Estado, que eu votei favoravelmente ao empréstimo externo, como votei a favor do endividamento do Estado. Porque era aquilo que eu sempre disse e continuo a dizer: investimentos. Investimentos em favor do progresso e do futuro deste Estado. É o que considero um empréstimo externo para a aplicação em obras de infraestrutura; não são dívidas, são investimentos, que se pagam por si só, que se pagam pelas riquezas que produzem, eu não quero que amanhã um Deputado diga nesta Casa "mas fiquei surpreso com o que se disse, para mim foi uma surpresa". Não quero mais ouvir uma cretinice deste tamanho, desta dimensão, de um Deputado que votou todas as Mensagens de Paulo Pimentel favoravelmente, para que se contraisse empréstimos certamente para a execução de obras de infra-estrutura e depois não teve pejo de declarar nesta Casa que desconhecia a situação real das dívidas do Estado.

É a única razão por que vou votar favoravelmente ao requerimento da bancada do MDB; é para que, talvez, se o Líder do Governo o acolher favoravelmente, venha o Secretário de Estado dizer de nossas dívidas, da situação real econômica do Estado, e a Casa saiba que está votando, por antecipação, mais um Orçamento. E só por isto que vou votar favoravelmente. Agradeço o aparte a V. Exa.

O SR. CANDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Concordamos com o aparte do sr. deputado Erondy Silvério, porque reforça, com argumento muito sério, a tese que defendemos desta Tribuna. Não somos contra nenhum empréstimo, ao contrário, somos favoráveis a este empréstimo e a outros empréstimos. Apenas pedimos, apenas exigimos, e acho que é de nosso dever e da nossa obrigação, maiores esclarecimentos com relação à aplicabilidade deste vultoso empréstimo de 800 milhões de cruzeiros.

A presença do sr. Secretário da Fazenda nesta Casa, além de uma honra muito grande, seria a oportunidade perfeita para esclarecer esta Mensagem e quem sabe, S. Exa. com o espírito elevado que, segundo me consta tem, possa, a par disto, esclarecer outros fatos, sobretudo com relação à situação econômico-financeira em que o Governo recebeu o Estado; o problema das obras, dos 60% que está sendo apregoado pelo Paraná pelo Governador Haroldo Leon Peres, que é homem de responsabilidade, mas é preciso que o povo do Paraná também saiba quais as obras que não foram pagas, quais os empreiteiros que não receberam, quanto têm a receber, quanto tempo ficaram sem receber e, quem sabe, as razões pelas quais não recebiam.

O Secretário da Fazenda é o homem forte no setor econômico. Assistimos, inclusive, um fato político, agora, nesta semana, de grande repercussão, com a queda do Diretor-Presidente do BADEP o sr. Aníro Jorge. Nas entrelinhas das cartas trocadas entre S. Exa. e o Exmo. Sr. Governador do Estado, está clara a indisposição de um setor financeiro do Governo da mais alta importância, com orientação econômica central advinda do Secretário da Fazenda.

Sabem todos os políticos e todos os homens de respeito dêste Estado sabem que está enfiada nas mãos do Secretário da Fazenda esta orientação; possivelmente, quem sabe, até esta Mensagem, sr. Presidente, srs. Deputados, tenha sido a causa do desentendimento entre o Presidente do BADEF e o Secretário da Fazenda.

Se vivemos num regime democrático na Assembléia, com o Poder Legislativo funcionando se fomos eleitos pelo povo para aqui vir representá-lo, temos o direito de fazer êste tipo de comentário que faço desta Tribuna, sem ofender quem quer que seja, sem criticar o empréstimo, mas pedindo esclarecimentos, solicitando que o Poder Executivo se digne possibilitar à Maioria desta Casa a vinda de seu Secretário da Fazenda, o homem forte da economia paranaense aquêle que veio do Banco Central; que esteve no Paraná 6 meses antes da posse do atual Governador Haroldo Leon Peres; que tinha trânsito livre no Banco do Estado, juntamente com outros diretores de hoje do Banco do Estado; que foi ao Banco do Estado ver se havia ou não problemas; que trouxe o aval do Banco Central, para esta sua interferência. Ele, portanto, é o homem bábil, é o homem certo, que deve vir a esta Casa para justificar o empréstimo de 800 milhões de cruzeiros.

Sobretudo porque, srs. Deputados, êste problema, nos termos em que está redigida esta Mensagem, contraria dispositivo constitucional da Emenda Constitucional em vigor; o artigo 37 da Emenda Constitucional que está vigorando, diz que as operações de crédito por antecipação da receita anual, não poderão exceder a quarta parte da receita total, estimada para o exercício financeiro.

Ora, srs. Deputados, a estimativa da receita para 1.971, do Governo do Paraná, é de 1 bilhão, 409 milhões, 83 mil e 155 cruzeiros.

A quarta parte dêste total é 350 milhões, 270 mil, 788 cruzeiros. Portanto, com a autorização de 800 milhões, nós estamos ultrapassando o total concedido pelo artigo 37 da Constituição Estadual; e também dispositivo do artigo 67 da Constituição Federal.

Evidentemente, êste empréstimo poderá ser equilibrado de tal forma, que não venha a ferir êste dispositivo, emprestando-se neste ano 200 milhões, no ano que vem 300 milhões e nos outros subseqüentes, até atingir os 800 milhões. Mas é mera suposição que nós fazemos, sem maiores esclarecimentos, porque a Mensagem do Sr. Governador do Estado diz que "a execução do disposto neste artigo poderá efetivar-se em uma só operação".

Em uma só operação, é inconstitucional; fere o artigo 67 da Constituição Federal e o artigo 37 da Constituição Estadual. Estamos racionando e discutindo apenas em base de hipóteses. Porque não temos o necessário esclarecimento. Porisso, sr. Presidente, srs. Deputados, estamos com o requerimento da Bancada do MDB para que venha aqui o sr. Secretário da Fazenda expôr o seu plano, expôr o plano global do Governo; não apenas o plano rodoviário, mas o plano total de saúde pública, de educação, de investimento no setor da Telepar, que tanto se tem falado neste Estado...

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento — Sr. Deputado, estou acompanhando com interesse o discurso que V. Exa. pronuncia nesta Tribuna. E me permita, para evitar que se cometa uma injustiça, fazer um reparo nas afirmações de V. Exa..

O Líder da bancada da Arena trouxe ontem, para conhecimento dos senhores Deputados, não só, — como afirmou V. Exa. — um dos setores do plano de obras de infra-estrutura do Governo. Para esta Casa trouxe S. Exa., o deputado João Mansur, o plano de obras que atinge o setor rodoviário, aeroviário, ferroviário e portuário.

Com detalhes dando, no setor rodoviário, a extensão dos trechos das estradas programadas; no setor aeroviário, a extensão dos aeroportos das mais diferentes regiões do Estado; no setor ferroviário, idem. E, no setor portuário, com riqueza de detalhes, dando em metros lineares, a construção

de pias; em metros quadrados a construção de armazéns, dragagens com a profundidade que pudesse capacitar nosso porto de exportação a receber navios de grande calada. Quero crer que o Líder da ARENA preocupou-se, porque é preocupação do Governo do Estado dar conhecimento à Assembléia Legislativa do plano praticamente global do Governo, no setor de obras de infra-estrutura. Veja V. Exa., e perdoe-me a irreverência, parece que o Governo está diante de um adágio popular muito conhecido na minha região "se fica, o bicho come; se corre, o bicho mata". Quando o sr. Governador do Estado esteve nesta Casa, divulgando dados da situação em que se encontrava o Estado quando assumiu o Governo, foi e ainda está sendo criticado por Deputados com assento nesta Assembléia Legislativa. E agora, nobres Deputados, querem convocar o sr. Secretário de Estado dos Negócios da Fazenda, para que venha dar detalhes de quanto deve o Estado, quais os empreiteiros que têm para receber, quais as obras construídas e não pagas. Quero crer que o que se pretende é reativar chagas que já estão cicatrizando. Seria voltarmos àquilo que os Deputados na Casa têm combatido — demonstrar ao Paraná a situação afritiva em que se encontrava o Tesouro quando assumiu o Governo do Estado. Na Mensagem Governamental o Governador do Estado não pede licença para contrair empréstimo de oitocentos milhões de cruzeiros, mas licença para contrair empréstimo até oitocentos milhões. Quero crer que S. Exa. haverá de respeitar o dispositivo constitucional que lhe permite a obtenção de empréstimos externos que não ultrapassem a quarta parte da receita estimada para o exercício. É um cuidado que ele deverá ter, senão estará ao alcance do Tribunal de Contas, terá responsabilidade criminal que, na época, esta Assembléia Legislativa deverá promover. Conhecemos o plano de Governo do sr. Haroldo Leon Peres, mas o que é mais importante para esta Casa, é a discussão do orçamento para o exercício de 72, e a discussão do orçamento pluri-anual, porque nestes orçamentos serão inseridas obras que o Governo considera necessárias para o desenvolvimento do Estado. Esta Casa sim, poderá, neste plano de obras, na Lei de Meios, dar destaque a obras que a Casa considera mais importante para o desenvolvimento de nosso Estado.

Agradeço o aparte a V. Exa., e reafirmo: se concedermos a autorização legislativa necessária para que o Governo possa contrair o empréstimo, o dinheiro dará para atender às necessidades prementes que o Estado tem em seu plano de obras.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o sintético aparte de V. Exa. e gostaria, deputado Ivo Tomazoni, de informar que quando disse que o plano governamental exposto desta Tribuna pelo Líder da Bancada do Governo, deputado João Mansur, abrangia um setor do Governo, não errei. Porque o setor do Governo abrangido pelo discurso do Líder do Governo, é o setor dos transportes, o setor ferroviário, o setor rodoviário, o setor portuário, que fazem parte de um setor do Governo, são sub-setores do setor de Transportes.

Portanto, aqui foi trazido um plano com relação a um setor.

E com relação a esse fato, afirmo que desconhecemos o plano do Governo, e me congratulo com os Deputados que conhecem o plano do Governo. Infelizmente, não conhecemos. Acredito que isto não seja um direito exclusivo dos Deputados que freqüentam as Secretarias, que freqüentam o Gabinete do sr. Governador. O conhecimento do plano global é uma obrigação do Governo, dar a todo o povo do Paraná, sobretudo a esta Casa e a todos os Deputados, àqueles que não vão. Principalmente às Prefeituras Municipais, para que essas Prefeituras possam entrosar seus planos locais com o plano global de desenvolvimento do Paraná, montado pelo Governo do Estado. Inclusive, isto é recomendação do próprio Governo Federal. E sabe V. Exa. que o Governo Federal está recomendando um entrosamento total dos planos administrativos federais, estaduais e municipais. E, como o Prefeito de Astorga, como o Prefeito de Londrina, como o Prefeito de Pato

Branco vão elaborar seus planos de trabalho, se desconhecem o plano de trabalho do Governo do Estado?

E, nesta oportunidade, quando o Governo do Estado pede uma autorização para um empréstimo de oitocentos milhões de cruzeiros para acionar o seu plano, é a ocasião propícia para os homens do Governo, sobretudo o sr. Secretário da Fazenda, virem expor o plano Governamental.

Desejo fazer uma ressalva: jamais critiquei o sr. Governador Haroldo Leon Peres por ter vindo a esta Casa dizer que recebeu o Governo endividado. Jamais critique por isso, mas critico, e criticarei, se não for provado o que S. Exa. disse. Porque na verdade, deputado João Mansur, o sr. Paulo Pimentel requereu a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as responsabilidades do seu Governo, diante das afirmações do sr. Haroldo Leon Peres. E não sei por que forças ocultas essa Comissão ainda não se instalou, ainda não funcionou. Portanto, enquanto essa Comissão não for instalada, não funcionar, não descobrir, no apurar a veracidade, ou no, dos dados trazidos pelo sr. Haroldo Leon Peres, não podemos falar nesta Casa sobre isso. Porque, não foi analisado, não foi atendida a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito.

E mais uma confissão que quero fazer, srs. Deputados, jamais defenderei, nesta Casa, mesmo o Governo passado, que me honro de ter pertencido, que me honro da amizade do sr. Paulo Pimentel, ao qual soube ser leal, do qual sou amigo, sou solidário na hora que está sozinho, na hora que homens que se aproveitaram do seu poder, hoje, se voltam contra ele; homens que tinham comandos políticos, que privavam de sua amizade, que gozavam de sua casa, que detinham, em suas mãos uma força formidável, hoje, o abandonaram. Mudou o Governo, mudaram os homens. Quais os políticos que, hoje, chegam à sua casa? E para encerrar esta minha confissão, devo dizer que posso encerrar minhas filhas e dizer: fui leal a um amigo, a um amigo que sempre acreditei, a um homem que servi em seu Governo com honradez e com muita lealdade.

Mas, srs. Deputados, jamais defenderei quaisquer irregularidades do Governo ao qual servi. E tenho a consciência tranqüila para dizer isto, nesta Assembleia Legislativa, porque o relato do sr. Haroldo Leon Peres, feito nesta Casa, S. Exa. não abordou os órgãos aos quais servi, como Secretário, como Diretor-Superintendente.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Lamento ter que interromper novamente V. Exa., porque vou repetir, mais uma vez, são raros os discursos que toda Casa escuta com atenção, porque V. Exa. está demonstrando não só grande preparo que tem para a vida parlamentar, mas também uma grandeza de caráter.

Mas, solicitei o aparte apenas para contraditar o deputado Ivo Tomazoni, quando diz que a visita do sr. Secretário da Fazenda viria reabrir chagas já cicatrizadas. Acredito que não, porque tenho preciosas informações a respeito da competência, do caráter e da dignidade do atual Secretário da Fazenda do Paraná. Tenho certeza de que se S. Exa. vier a esta Casa, vai dizer que encontrou uma importância "x" de dívida. Mas também vai ter a dignidade de contar os créditos que o sr. Governador do Paraná tinha ao final do Governo de Paulo Pimentel e que foram retidos por interferência do sr. Haroldo Leon Peres. O ICM, que o IBC devia ao Paraná, sobre o café estocado. Produto de uma sentença judicial a favor do Paraná, e que o sr. Ministro da Fazenda não mandou para o Paraná o dinheiro, porque recebeu instruções do Palácio do Planalto para que assim não procedesse. Fundo de Participação não veio. Participação do Fundo Rodoviário também não veio. Devolução do Imposto de Renda pago a mais pelo Estado, pago indevidamente, e o que é mais grave, teria que contar aqui que a Diretoria da Copel, sob promessa de continuar com o mesmo posto, como de fato continuou, comprou obrigações do Tesouro Nacional, vencíveis a 17 de março, dois dias após o término do Governo de Paulo Pimentel, e início do

Governo de Haroldo Leon Peres. Dinheiro arrecadado da verba do Tesouro Estadual, para pagar o funcionalismo, aplicado em obrigações do Tesouro Nacional, para serem devolvidos depois ao Governo do Estado.

Um coletor da Capital, fingiu-se de louco e foi internado num Nosocômio para não entregar a arrecadação dos últimos 15 dias da Capital.

Fatos escabrosos que aconteceram no final do Governo que impossibilitaram o Governo de receber quase que duzentos milhões de cruzeiros da receita que tinha direito e que marcaram o déficit que deixou ao Governo atual.

Então o sr. Lineu Kluppel contaria tudo isso à Casa, porque é um homem de bem. Contaria que o Governador anterior deixou dívidas mas também deixou muito a receber.

Quanto à Mensagem do sr. Governador quando diz que aplicará no setor ferroviário, há uma inverdade nisso, porque só existe uma obra ferroviária sendo executada no Paraná, que é a Central do Paraná e esta Casa já aprovou uma lei, em setembro ou outubro do ano passado, apesar da luta titânica desenvolvida, pelo então candidato a Governador, sr. Haroldo Leon Peres, mas a Casa aprovou, o Senado ratificou, o Banco Central deu o concordato, o sr. Ministro da Fazenda, o sr. Ministro do Planejamento e o sr. Presidente da República afirmou ao sr. Paulo Pimentel que determinaria ao sr. Ministro da Fazenda a necessária autorização para que o Banco Central apusesse seu aval no empréstimo de quarenta milhões de dólares, cento e oitenta milhões de cruzeiros, e o sr. Haroldo Leon Peres conseguiu novamente que o dinheiro não viesse.

Agora li nos jornais que o sr. Ministro Delfin Neto vai entregar essa importância ao Governador do Paraná. Portanto, essa importância é mais do que suficiente para a conclusão de obras na Central do Paraná. Portanto, no setor ferroviário, não vai ser aplicado nada.

Mas, quero discordar de V. Exa., é uma tese, esta Casa está cheia de juristas e advogados e eu sou um homem que apenas sai do primário e fiz um cursinho secundário. Não posso entrar numa tese jurídica, mas ao que me parece, V. Exa. incorreu num erro e nisto eu já conheço o Artigo 37 da Constituição do Estado. Aliás, Mensagem do sr. governador Haroldo Leon Peres. Mas o meu entendimento de antecipação de receita são operações no mercado interno. Este é o meu entendimento. Parece que é este o espírito frio da Constituição. E impedir que o Governo onere mais do que 1/4 do orçamento em operações de antecipação de receita que são operações realizadas no mercado interno. Por isso eu não abordei o assunto. E acho que V. Exa. está incorrendo em erro. Este empréstimo até oitocentos milhões de cruzeiros será escalado naturalmente e não se constitui uma antecipação de receita. Constitui empréstimo externo, que será pago com o produto do aumento da arrecadação, pelo crescimento da receita do Estado, em função das obras de infra-estrutura que serão construídas com o dinheiro deste empréstimo. Portanto, meu entendimento, data vênua de V. Exa. e dos advogados desta Casa, é que antecipação de receita é operação interna, é quando o Governo emite títulos como aqueles que esta Casa tanto discutiu quando o DER emitiu títulos para antecipar sua receita a fim de pagar os empreiteiros do Estado. Mas o título descontado no mercado interno, agora, quando o sr. Governador pediu a esta Casa autorização legal para oferecer como garantia ao empréstimo de que necessitava para colocar o pagamento dos funcionários em dia, é uma garantia, ofereceu as ações da Petrobrás. Isto para mim é uma antecipação da receita. São operações realizadas no mercado interno. Este é o meu entendimento. Portanto, data vênua o respeito que me merece V. Exa. neste episódio, o sr. Governador me parece certo. Era o aparte.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência interrompe a palavra do orador da Tribuna para a votação do requerimento do sr. João Mansur que requereu que a duração da presente sessão seja prorrogada pelo prazo de uma hora.

Em votação. **Aprovado.** Com a palavra o sr. deputado Cândido Martins de Oliveira.

O sr. Ivo Tomazoni — V. Exa. permite um aparte? (**Assentimento**) — Deputado Cândido Martins de Oliveira, lamento que a discussão desta matéria esteja conduzindo esta Casa para uma polêmica que considero fora de propósito e, lamentando isto, nobre Deputado devo dizer a V. Exa. e à Casa que reconheço no atual Governo, a preocupação de fazer o que ele, no seu discurso de posse afirmou que faria. Antecipar digo entrosar a administração num todo e o Paraná no desenvolvimento do Brasil. Não é sem propósito também que está tramitando nesta Casa Projeto de Lei que visa a criação de uma Fundação de Assistência aos Municípios, porque aí nós partiremos para a organização das micro regiões do nosso Estado e esta Fundação é aquela que mais de perto terá a responsabilidade de levantar os problemas sócio-econômicos de nosso Estado e, então, sim, nobres Deputados, dizer da validade de aplicações dos recursos nos setores mais carentes deles. Volto a bater numa tecla que se o sr. Secretário da Fazenda vier para esta Casa e fizer afirmações que para certos Deputados não forem simpáticas ao Governo passado, estas não terão para estes Deputados a validade que terão para nós que acreditamos nele. E nova Comissão Parlamentar de Inquérito será então solicitada para apurar a veracidade das afirmações. E por isto que eu volto a afirmar, é o bastante que esta Casa entenda que temos um Governo de responsabilidade e conseguida vultosa importância que estamos por autorizá-lo a conseguir seja ela aplicada com honestidade, dentro de uma aplicação racional que vise proporcionar o desenvolvimento, que dê rentabilidade e que as obras por si só se paguem.

Nobre Deputado, não quero me demorar no aparte, todavia quero crer que estamos discutindo e repetindo afirmações que já dissemos em outras oportunidades sobre esta mesma matéria. A bancada da ARENA vai votar convicta de que estará assegurando ao Governo do Estado meios necessários para que ele promova o desenvolvimento do Estado do Paraná. Muito obrigado!

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço os brilhantes apartes do deputado Erondy Silvério e do deputado Ivo Tomazoni. Entretanto a crença dos Deputados estaduais na responsabilidade do atual Governo não deve ser entendida e posta a termos de irresponsabilidade dos Deputados estaduais. Acreditamos na responsabilidade do governador Haroldo Leon Peres, da sua equipe administrativa. Mas, é preciso que esta Casa também tenha consciência da sua responsabilidade e sobretudo das suas prerrogativas e de seus direitos.

Srs. Deputados, na verdade, queiram ou não os que desejam ser de uma forma ou de outra agradáveis ao Poder Executivo, a concessão desta autorização ao Chefe do Poder Executivo para conseguir um financiamento de oitocentos milhões de cruzeiros, é um cheque em branco que a Assembléia Legislativa dá ao Chefe do Poder Executivo. Por isto não acho demais que um Deputado estadual, que foi votado pelo povo, peça ao Governo do Estado do Paraná que diga para que deseja este empréstimo, quais as obras que deseja pagar do Governo anterior; 60% não foram pagas, ótimo, acreditamos na palavra do Governo. Mas o povo do Paraná tem o direito de saber até onde foi a irresponsabilidade do Governo anterior, porque não pagou, quais os motivos que o levaram a transferir essa dívida ao atual Governo, quais as obras que não foram pagas, quais as que foram realizadas; a veracidade das afirmações do deputado Erondy Silvério que faz graves acusações dizendo que o atual Governador atrapalhou o próprio Paraná quando impediu que viessem recursos para o ex-Governo, quem sabe, concluir muitas de suas obras que estavam em andamento, talvez entregar em dezembro do ano passado a Central do Paraná conforme era desejo do governador Paulo Pimentel.

Este Deputado que aqui está não é contra o empréstimo, não é contra

O sr. Haroldo Leon Peres, não é contra e nem a favor de Paulo Pimentel. Estamos cumprindo com nosso dever mais comedido que é o dever de legislar conscientemente para que amanhã não digamos que não sabíamos o que estávamos votando, que não sabíamos que estávamos dando um cheque em branco, avaliado, cruzado e visado sem saber onde, como e quando seria aplicado.

Isto não é desconfiança do atual Governo, longe de mim. Não se diga isto do atual Governo para que se consigam posições neste Governo em detrimento da minha posição política. Que jamais se diga isto.

Quero apenas, se S. Exa. ouvisse o meu discurso, tenho certeza que estaria a meu lado, como homem de responsabilidade que sempre foi e que acredito que ainda seja. Acho que o seu comportamento quando Deputado Estadual, é o mesmo que hoje quando Governador do Estado, se bem que as promessas feitas, de não distribuição de comandos políticos, já foram desmentidas e outras tantas; não quero analisar, para não fugir ao assunto. Mas acho, sr. Presidente, srs. Deputados, que é nosso dever, como parlamentares, perguntar. Se não nos forem respondidas estas perguntas, ficaremos na situação que V. Exa. deputado Ivo Tomazoni, aqui relatou: — "Se parar o bicho pega; se correr o bicho mata." Porque, se votarmos contra essa Mensagem, vão dizer até na minha região, que estou contra o asfaltamento de uma estrada que foi objeto de um requerimento meu nesta Casa, de União da Vitória, Palmas, e tantos outros, que desejamos e que pedimos. Mas, se desejamos e se pedimos também esclarecimentos do Governo do Estado, com relação a esta Mensagem; vamos votar favoravelmente, abrindo mais um crédito de confiança ao atual Governo, à liderança da minha Bancada, que é exercida por um homem responsável, de linha de conduta irrepreensível e de passado político ilibado, deputado João Mansur. Votamos com S. Exa. a favor desta Mensagem. Mas, fica nos Anais desta Casa o nosso protesto contra o sistema político implantado no Paraná: de que tudo deve ser feito de acordo com a vontade pessoal e exclusiva do sr. Governador. Isto já veio da votação da Emenda Constitucional. Está ratificado neste empréstimo de oitocentos milhões. E aos parlamentares deste Estado não se dá o direito de saber como, quando, onde, será emprestado. Quanto de juro o Estado vai pagar e qual a transação comercial e quais as obras que terão de ser pagas, feitas no Governo passado e obras que este Governo deseja construir.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Apenas gostaria de me referir ao notável discurso de V. Exa. e por não estar expressamente no requerimento que subscrevemos em conjunto, nós da bancada do MDB, com referência a esse preceito constitucional, citado por V. Exa. que nós entendemos corretamente, principalmente pelo seguinte: — se a Constituição veda ou impõe veto para antecipações internas, com muito mais razão, para as externas. Logicamente se a regra é geral, ela será observada pela autoridade monetária federal. Então, interpretamos deste modo: se o Poder Executivo, no caso de se utilizar da autorização legislativa, através de diversos orçamentos, solicitando parceladamente, de acordo com a Constituição, os seus empréstimos daí então gostaríamos de esclarecer a importância do assunto abordado por V. Exa., porque nós vamos conceder uma autorização ao sr. Governador do Estado, para contrair empréstimos até o final de seu Governo. Estes empréstimos, segundo se depreende do texto da lei que está em tramitação nesta Casa, não tem um prazo; não tem um limite fixo e poderá ser alterado também o seu limite, de acordo com as emendas apresentadas por nossos ilustres Pares, nesta Casa. Daí, então, se tornam de real importância, estas informações que V. Exa. reclama. E, no discurso, na parte que me cabe, não só a V. Exa. como aos apartes que foram conferidos a V. Exa. gostaríamos de registrar o nosso esclarecimento pela compreensão do nosso pronunciamento de elevado sentido político, na acepção filosófica do vocábulo.

O sr. Nivaldo Krüger — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Ilustre deputado Cândido Martins de Oliveira, a posição de V. Exa. reforça sobremaneira a tese por nós esposada que se consubstancia, em última análise, no desejo de lutarmos exclusivamente para orientarmos o processo de votação de uma matéria de grande importância, a qual obterá, certamente a aprovação de todos os Deputados desta Casa. A tese parece-me a mais válida. É uma grande honra para nossa Bancada, ouvirmos pronunciamentos deste quilate. É uma honra para nossa Bancada, homens da ARENA apoiarem tese por nós subscrita. Entretanto, deputado Cândido Martins de Oliveira, esta não foi minha maior satisfação, embora a posição de V. Exa. seja de grande valia para nós, para o Paraná, porque quando um homem vai à Tribuna, ele está, de certa forma, influenciando na vida política. Mas, o que mais me satisfaz, talvez até hoje, nesta Assembléia, foi o fato de V. Exa. prestar um culto a um dos valores mais esquecidos do homem moderno — a lealdade. Nada há como a lealdade, como a hombridade. Não há conveniência que pague, não há comando político que dê alegria e satisfação, como o fato de um homem ser independente e dizer o que sente, com galhardia. Isto vale. Assisti há poucos instantes uma jovem anotando os acontecimentos desta Casa, certamente mandada por seus educadores para aprender civismo. Mas civismo não é conveniência, civismo não é negócio. Civismo é o que estamos fazendo, é o que V. Exa. fez hoje e me congratulo com o pronunciamento de V. Exa., ilustre Deputado. Senão com esta Casa independente assim, correta, respeitada. Entendo a posição da maioria dos Deputados do Governo. Eles conhecem o plano do Governo no setor de saúde, no setor da agricultura, no setor de educação, no setor social, no setor de justiça. Eles convivem com o Governo e por isso talvez não aquilatem a ânsia que temos de conhecer a vida administrativa do Paraná. Por este motivo, quero cumprimentá-lo, solidarizando-me com as palavras de V. Exa. Vamos obter certamente as informações que solicitamos, para podermos votar conscientemente matéria de tamanha importância.

Agradeço ao Deputado o aparte, bem como ao deputado Muggiati Filho, que colocaram com melhor propriedade a questão nos seus devidos termos. Creio que a minha posição está perfeitamente entendida por esta Casa. É o cumprimento de meu dever parlamentar. Tentativa de valorização do Poder Legislativo: tentativa de soerguimento de um Poder que, por tanto tempo foi desmoralizado. Desejamos dar nossa parcela íntima de contribuição para que o Paraná, neste País, venha a ser respeitado e venha a ser ouvido. Agora, no instante em que o Governo federal admite e permite o diálogo dos homens do Executivo com o Congresso Nacional, é um exemplo a ser seguido pelo Governo da Revolução implantado no Paraná.

O ministro Mário Andreazza foi ao Congresso Nacional dialogar e discutir sobre um assunto da mais alta explosividade: a ponte Rio-Niterói.

O deputado Alvaro Dias citou, desta tribuna, anteriormente, a presença assistida por ele e outros Deputados, do ministro Cirne Lima.

Vemos que há uma abertura, uma política no seu verdadeiro sentido, sendo implantada pelo Governo Federal. Não é possível que, no Paraná, caíamos em um retrocesso político, onde se impeça que esta Casa possa crescer aos olhos da opinião pública, através de um diálogo despretencioso e sem espírito prevenido, com um técnico do mais alto gabarito, segundo nos consta, com um homem de extrema boa vontade como é o sr. Secretário da Fazenda, com um homem que está implantando modificações profundas na sistemática financeira deste Estado, centralizando em suas mãos todas as decisões, a tal ponto que o Banco do Estado deverá encaminhar, hoje, diariamente, aquela autoridade, o seu movimento de caixa...

O SR. PRESIDENTE — V. Exa. tem cinco minutos para concluir sua oração.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Obrigado a V. Exa., sr. Presidente. ...a tal ponto que o BADEP deverá agir da mesma forma.

Portanto, este homem que está com força total do Governo Federal e do Governador do Estado, para adotar estas medidas, seria de grande utilidade a sua vinda a esta Casa, para responder quesitos previamente preparados, sem nenhuma dificuldade. Portanto viria aqui responder aquilo que lhe foi perguntado por escrito. E poderia responder até por escrito. Mas nós daríamos a nós Deputados conscientes, uma visão do que ocorreu, do que ocorre no Paraná; quais as obras que precisam ser pagas e aquilo que o Governo deseja fazer.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte?

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte?

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Concedo o aparte ao nobre Deputado Paulo Poli, com a aquiescência do deputado Erondy Silvério, porque cronologicamente ele tinha preferência.

O sr. Paulo Poli — Nobre Deputado, é evidente que V. Exa. é portador de raríssima inteligência e acaba de fazer um bellissimo discurso, na tarde de hoje.

No entanto, nobre Deputado, uns pontos do pronunciamento de V. Exa. precisam ser abordados. Longe de mim contraditar V. Exa., mas tive o cuidado de arrotar os pontos em que gostaria de intervir. V. Exa. disse, há pouco, que nesta Casa, no passado e eu pertenci a legislaturas passadas — era comum aprovar-se solicitações de empréstimos de vulto, votar matérias e depois, estes homens, estes parlamentares, afirmarem que não tinham conhecimento do que votaram. Não sei se é carapuça a intenção de V. Exa., mas abordarei por etapas os reparos que desejo fazer.

Central do Paraná. Havia um empréstimo externo de trinta e cinco milhões de dólares para a construção da Central do Paraná, cujo empréstimo foi autorizado, e uma única firma empreiteira, sem disputar com outras, venceu a concorrência.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — V. Exa. há de convir que não foi culpa do Governo se mais firmas não se habilitaram a essa concorrência.

Apenas um reparo, nobre deputado Paulo Poli, não acusei a Casa de votar sem saber o que estava votando, na legislatura passada. Apenas repeti o que foi dito no Plenário.

O sr. Paulo Poli — Quero me excluir disso.

Nobre Deputado, eu, em seguida, tão logo se elaborou esse contrato, através do qual foi obtido esse empréstimo, tomei conhecimento de que essa firma empreiteira se comprometeu — e conheço bem a matéria, pertenci, inclusive, à CCJ, e relatei o segundo empréstimo —, não obstante essa firma ter se comprometido a dar concluída a obra até setembro do ano passado, com aquele dinheiro: trinta e cinco milhões de dólares; essa mesma firma solicitou um novo empréstimo de quarenta milhões de dólares.

Dá a preocupação do Governador indicado, preocupações do então candidato, como disse o deputado Erondy Silvério, em acompanhar esse novo empréstimo, que, a bem da verdade, a bem da justiça, S. Exa. apenas retardou, mas, no fim, aconselhou-nos que apoiássemos esse novo empréstimo de quarenta milhões de dólares.

Continuando, nobre Deputado, apenas rapidamente, porque não quero tomar o tempo de V. Exa., fiz este reparo para dizer a V. Exa. que nós nos interessávamos e nos aprofundávamos quando matérias importantes eram votados aqui.

Em seguida, V. Exa. teria dito, quem sabe no calor do seu pronunciamento às vezes alguns Deputados, para melhorar sua posição pessoal, votariam matéria de suma importância apenas para com isso ter melhor posição nos comandos políticos junto ao Governo. Nobre Deputado, não tenho procuração do deputado Ivo Tomazoni, nem do deputado Arizone Araújo.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Não me referi pessoalmente a ninguém. Apenas fiz uma declaração da minha posição política,

que tem sido a de agir de acôrdo com minha obrigação, com o meu dever de parlamentar. Quero comunicar a V. Exa., que estou sem nenhum comando político. Não pedi, sou contra o sistema. Então aquêles que ficam contra, ficam sem comando. Os que ficam a favor, ficam com comandos.

O sr. Paulo Poli — Sei que V. Exa., delicado como é, não se referiu, mas se subentende. Tenho a impressão de que aquêles Deputados jamais fariam isso.

Em seguida, nobre Deputado, V. Exa. falou em lealdade, qualidade que admiro em V. Exa. e me congratulo e cumprimento V. Exa. por isso. Mas haverá V. Exa. de convir que não houve assim, de modo geral, agressão ou deslealdade ao ex-Governador. Vimos a atitude digna, por exemplo do deputado Paulo Camargo, e outros tantos que em situações gravíssimas, se recusaram a assinar documentos, que de certa forma viriam ferir os melindres do Governador anterior.

As vèzes, em pronunciamentos brilhantes como o de V. Exa., há um resvalo e eu então discordo, e pediria permissão a V. Exa. para fazer êsse reparo.

Quanto a matéria em si, seria desnecessário entrar no mérito, porque V. Exa. tem poucos minutos e a nossa opinião já é conhecida.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Deputado Paulo Poli, admiro V. Exa. pela forma que V. Exa. se conduz, sobretudo quando aparece aos seus colegas. V. Exa. é um homem de uma rara habilidade verbal, porque consegue dizer aquilo que quer, sem ferir quem está na tribuna e chega ao ponto que deseja. Esta é uma das raras virtudes de parlamentar no mundo todo, entretanto, quero dizer a V. Exa. que quando o ex-Governador Paulo Pimentel pediu uma autorização a esta Casa, para conseguir um empréstimo de trinta e cinco milhões de dólares, todo mundo sabia que era para a construção da Central do Paraná. Hoje, o governador Haroldo Leon Peres pede oitocentos milhões e ninguém sabe para que,...

O sr. Paulo Poli — Nós sabemos.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — ...diz apenas que é para construir obras e pagar dívidas.

O sr. Erondy Silvério — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado, desculpe a insistência e longe de mim querer discutir matéria constitucional com o deputado Muggiati Filho, que seria uma luta desigual, como a do elefante contra a formiga.

Mas acho que estão redondamente enganados, tanto V. Exa. como o deputado Muggiati Filho. Não há proibição constitucional para autorização legal desta Casa, para que se faça êsse empréstimo, porque o empréstimo externo, é, inclusive, referendado pelo Senado e leva aval do Governo Federal e o crescimento vegetativo da receita é que pagará êsse compromisso assumido. A proibição constitucional existe, é para empréstimo interno, a fim de resguardar os credores do Estado. O Estado deve sempre oferecer a sua receita tributária como garantia do empréstimo.

Faço êsse reparo, não para voltar ao mesmo assunto, mas para votar com a consciência tranqüila, de não ter votado uma matéria inconstitucional.

E mais ainda, não houve concorrência pública para a construção da Estrada de Ferro Central do Paraná. Porque a condição "sine qua non", imposta pelo Estado ou não, pela qual o Governo do Estado baixou o edital, era de que a Companhia que conseguisse o recurso externo para a execução da obra, é que teria adjudicado a obra em seu favor. E só se apresentou uma Companhia, a que foi conseguir lá no exterior, o empréstimo de que necessitava o Estado para o início das obras da Central do Paraná. Obras, que, diga-se de passagem, não vão onerar o Paraná, se não nos juros pagos no interregno do início, ou no término das obras, porque o custo total da mesma, será ressarcido integralmente pelo Governo Federal, de acôrdo com o contrato e com o convênio celebrado entre o ministro Mário Andreazza,

representando o Ministério dos Transportes e o governador Paulo Pimentel, representando o Paraná. Era o aparte.

O SR. CÂNDIDO MARTINS DE OLIVEIRA — Agradeço o brilhante aparte de V. Exa., apesar de discordar com relação à primeira parte, que entendo que se o empréstimo fôr pleiteado e concedido num total de oitocentos milhões de cruzeiros, de uma vez só, éle é inconstitucional. Mas eu tenho absoluta certeza, que riovamente por esta razão, o Chefe do Poder Executivo, assessorado pelos seus juristas, evidentemente, não haverá de cometer esta injuridicidade ou esta inconstitucionalidade. Mas veja V. Exa. nobre Deputado, que estamos discutindo um ponto para mim importante, da Mensagem Governamental, e que éle não está esclarecido porque seria simples que se dissesse que os oitocentos milhões serão conseguidos através de um escalonamento de empréstimo.

E aqui está a possibilidade desta autorização, é nós darmos uma autorização só para a conquista dos oitocentos milhões de uma vez só, é a válvula de escape para o escalonamento deste empréstimo. E para terminar, sr. Presidente, para que não seja alegado amanhã que este Deputado está contra a implantação de obras do atual Governador no setor dos transportes, porque para mim, os oitocentos milhões serão gastos no setor de transportes, foi o que disse o próprio Governador, votarei favoravelmente, fazendo um apêlo e declarando o meu voto favorável à presença aqui do sr. Secretário da Fazenda. Muito obrigado. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a votação.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, requeiro a V. Exa. que a votação seja feita englobadamente, ressalvadas as emendas.

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur. — **Aprovado.**

Em votação o projeto englobadamente, ressalvadas as emendas. — **Aprovado.**

Em votação a emenda de autoria do deputado Erondy Silvério.

O SR. JOÃO MANSUR — (Pela ordem) Sr. Presidente, apenas para encaminhar a votação. Ontem, agradecemos ao nobre deputado Erondy Silvério, por esta colaboração ao Governo do Estado. Queríamos, neste instante, sr. Presidente, dizer a V. Exa. e à Casa, que a nossa Bancada irá votar pela rejeição da emenda, porque não conseguimos do sr. Governador uma entrevista no sentido do apoio a esta Emenda.

Queremos manifestar nosso ponto de vista neste instante; acreditamos que a Mensagem, solicitando autorização para o empréstimo, terá condições necessárias de dar atendimento ao que deseja o deputado Erondy Silvério através de sua emenda que propõe um aumento autorizatório no empréstimo ora solicitado pelo Governo.

Se porventura, na ocasião o Governo se ressentir de numerário, estaremos prontos, e tenho certeza que o deputado Erondy Silvério há de compreender a nossa posição, a apresentar um projeto autorizando novo empréstimo ao Governo a fim de que éle dê cumprimento às reivindicações solicitadas nesta Emenda. — (Sem revisão do orador)

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, srs. Deputados, com dezesseis anos de vida pública, três mandatos de Vereador e um de Deputado Estadual, aprendi uma lição: "cabrito bom não berra", "a maioria vence e a minoria se convence". Não vou acompanhar o Líder do Governo nesta Emenda porque ela é meramente autorizatória, está dando possibilidade ao Governo do Estado de conseguir, ao invés de oitocentos milhões, novecentos milhões. Se não conseguir os oitocentos

milhões terá que cortar algumas obras essenciais do plano rodoviário apresentado ontem pelo Líder do Governo nesta Casa. Se conseguir os novecentos milhões poderá asfaltar todos os acessos da região metropolitana de Curitiba; asfaltar a estrada da Ribeira até Adrianópolis, uma das regiões mais ricas do Paraná. Se ele asfaltar esta área metropolitana, ficará consagrado pela opinião pública de Curitiba. Nossa Capital, no Ano 2.000 estará saturada quando aqui se instalar o distrito industrial que está sendo estudado pelo atual Prefeito; quando não existirem mais áreas verdes na cidade; quando não existir mais espaço para plantar um pé de couve ou de alface; quando o mercado consumidor de Curitiba tiver que se abastecer, principalmente de produtos horti-granjeiros, nas circunvizinhanças, então vamos sentir na própria carne a atitude da Assembléia na noite de hoje se não aprovar a nossa Emenda.

Não estamos fazendo isto com caráter eleitoral porque este será o último mandato que assumimos na vida pública. E a primeira vez que estou afirmando em público que não disputarei mais eleições, mas apenas quero cumprir com meu dever para com o povo de Curitiba, quero possibilitar ao Governo do Estado que asfalte todos os acessos da região metropolitana, para que o povo de Curitiba tenha um mercado abastecedor sem recorrer a outros Estados barateando, desta forma, os produtos de primeira necessidade.

Esta é a única intenção da minha Emenda, não existe outra. Curvo-me à decisão da Liderança porque "cabrito bom não berra", mas vou votar a favor da minha emenda. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação a Emenda n.º 1, de autoria do deputado Erondy Silvério. — **Rejeitada.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem) Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — Deferido o requerimento. Vai se proceder a verificação de votação solicitada.

(É feita a verificação)

10 srs. Deputados aprovam a emenda e 25 srs. Deputados a rejeitam. — **Rejeitada a Emenda n.º 1.**

Emenda n.º 2, de autoria do nobre deputado Domicio Scaramella. — **Rejeitada.**

Emenda n.º 3, de autoria do deputado Muggiati Filho e demais srs. Deputados. — **Rejeitada.**

1a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 96-71, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 12-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante Convênios entre o Estado e seus Municípios. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F.. — **Em Regime de Urgência. — Aprovado.**

MENSAGEM N.º 12-71

Curitiba, 24 de Maio de 1971

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar à apreciação de Vossa Excelência, o incluso anteprojeto de lei que objetiva a integração do sistema fazendário do Estado do Paraná com os de seus Municípios, através da instituição de um "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante celebração de convênios entre os dois níveis de Governo.

A medida proposta objetiva motivar os Governos Municipais a uma efetiva conjugação de esforços, através da implantação de um mecanismo que permita a sua participação direta nos acréscimos da receita originada pela

cobrança do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, com a reversão de parcela em seu próprio benefício, não apenas pelo "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", como também pelo acréscimo correspondente de suas cotas no "Fundo de Participação dos Municípios no I.C.M.". Na forma em que foi estruturada a sistemática do Programa, a participação de cada Município estará diretamente relacionada com a atuação do respectivo Governo Municipal em melhorar os níveis de arrecadação, já que a base para o cálculo de sua parcela será o saldo positivo entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado no território municipal, através do recolhimento efetuado por meio de guias de Comércio e Indústria.

A distribuição das parcelas referentes a cada Município participante, será efetuada através de crédito em conta específica a ser mantida na agência do Banco do Estado do Paraná S. A. da mesma localidade onde a Agência de Rendas do Município realiza os depósitos de sua arrecadação, após a aprovação de planos de aplicação anuais dos recursos do "PROFAZ", cujos critérios de elaboração serão estabelecidos através de Decreto do Poder Executivo. Esta sistemática de distribuição evitará qualquer emperramento de ordem burocrática, permitindo aos Municípios participantes a utilização dos recursos a que tem direito independentemente de qualquer processualística de despesa.

A regulamentação de forma de cálculo das previsões e dos critérios a serem estabelecidos para a aplicação e prestação de contas dos recursos do "PROFAZ" deverá ser feita através de Decreto do Poder Executivo, a fim de permitir a flexibilidade necessária ao perfeito funcionamento do programa, principalmente em sua fase de implantação.

Conforme o disposto no parágrafo único do artigo 3.º e no parágrafo único do artigo 4.º, a Secretaria da Fazenda providenciará a publicação no Diário Oficial do Estado, respectivamente até 5 (cinco dias antes do início do mês base e até 20 (vinte) dias após o término do mesmo, de relações contendo a previsão da arrecadação em todos os Municípios do Estado e dos valores efetivamente arrecadados.

Ressalte-se, também, como um dos principais objetivos do "PROFAZ", o estabelecimento de medidas tendentes a motivar contribuintes e pessoal afeto à execução de tarefas fazendárias, através de campanhas de esclarecimento e de aperfeiçoamento técnico.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) HAROLDO LEON PERES — Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º — Fica criado o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", administrado pela Secretaria da Fazenda, com o objetivo de promover a integração dos sistemas fisco-arrecadadores do Estado do Paraná e de seus Municípios.

Parágrafo Único — Participarão do "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ" todos os Municípios que venham a celebrar Convênio específico de interesse mútuo para a execução de projetos de melhoria da arrecadação, através de medidas de controle e esclarecimento de contribuintes, aperfeiçoamento de pessoal em técnicas fazendárias e troca de informações fiscais.

Art. 2.º — O "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", será provido por parcela equivalente a 20% (vinte por cento) do saldo positivo entre a previsão e a arrecadação do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias relativa aos recolhimentos efetuados através de Guias de Comércio e Indústria.

Parágrafo Único — Para efeito de cálculo do percentual de que trata este artigo, somente serão computados os valores previsto e arrecadado, mensalmente, referentes a participação Estadual no referido tributo.

Art. 3.º — A Secretaria da Fazenda incumbirá a elaboração das previsões da arrecadação mensal do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias, relativas à participação de que trata o artigo anterior, referentes a cada Município participante do "PROFAZ".

Parágrafo Único — A Secretaria da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial do Estado, até 5 (cinco) dias antes do início do mês a que se referem as previsões, a relação de todos os Municípios do Estado, com seus respectivos valores previstos.

Art. 4.º — A participação de cada Município será obtida através da aplicação direta do percentual de 20% (vinte por cento) sobre o saldo positivo verificado entre o valor previsto e o efetivamente arrecadado no mês base, dentro do seu território.

Parágrafo Único — Até 20 (vinte) dias após o término do mês base, a Secretaria da Fazenda providenciará a publicação, no Diário Oficial do Estado, de relação contendo a arrecadação em todos os Municípios, bem como a participação de cada um no montante dos recursos obtidos pelo "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ" no mesmo mês.

Art. 5.º — A distribuição dos recursos suplementares de que trata o artigo 4.º, em favor dos Municípios participantes, far-se-á em consonância com os respectivos planos de aplicação aprovados pelo Chefe do Poder Executivo Estadual e mediante crédito em conta específica a ser mantido na agência do Banco do Estado do Paraná S. A., localizado na praça em que se processem os depósitos da arrecadação verificada no Município, por parte da respectiva Agência de Rendas.

Art. 6.º — O Poder Executivo regulamentará, através de Decreto, em prazo não superior a 30 (trinta) dias a contar da data desta Lei, a forma de cálculo das previsões de que trata o artigo 3.º, bem como dos critérios a serem estabelecidos para a aplicação e prestação de contas dos recursos do "PROFAZ".

Art. 7.º — Os encargos decorrentes da execução do "Programa de Integração Fazendária", de que trata o artigo 1.º e seu Parágrafo Único, correrão através do Programa "Encargos Gerais do Estado", dotação 71.0-9-90-10.0, Consignação 3.1.4.0 — Encargos Diversos.

Art. 8.º — Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares até o limite do excesso de arrecadação efetivamente realizada, os termos do inciso II do § 1.º do artigo 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1.964.

Art. 9.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 96.71

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: "Institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ", a ser estabelecido mediante convênio entre o Estado e seus municípios".

P A R E C E R

1) O Projeto em questão, oriundo de Mensagem Governamental n. 12.71, está articulado e justificado no ofício que o acompanha, estando, assim, em perfeita consonância com o que dispõe o art. 123 e seus parágrafos, do Regimento Interno.

2) Referido Projeto está em perfeita harmonia com o que preceitua o Diploma Constitucional local e não fere, por outro lado, qualquer preceito de ordem legal.

Quanto a sua oportunidade, convence-nos a justificativa apresentada.

3) Em face de tais circunstâncias, somos pela sua aprovação

E o parecer, S.M.J..

Sala das Comissões, em 23 de junho de 1971

aa) **Wilson Brandão** — Presidente

Armando Queiroz — Relator

Emílio Carazzai

Odilon Reinhardt

Acyr José

Sebastião Rodrigues Júnior

Muggiati Filho

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 96-71

AUTOR: PODER EXECUTIVO

SÚMULA: Mensagem n.º 12-71, encaminhando Anteprojeto de Lei, que institui o "Programa de Integração Fazendária — PROFAZ".

Oriundo de Mensagem Governamental n.º 12-71, o Projeto de Lei em exame, visa criar o "Programa de Integração Fazendária PROFAZ".

Trata-se de medida que possibilitará promover a Integração dos Sistemas Fisco — Arrecadadores do Estado e dos Municípios que venham a celebrar convênio específico de interesse mútuo para a execução de projetos de melhoria da arrecadação.

A matéria já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça; quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão analisar, nosso parecer é favorável, pois um dos principais objetivos do "PROFAZ" é o estabelecimento de medidas tendentes a motivar contribuintes e pessoal afeto à execução de tarefas fazendárias, através de campanhas de esclarecimento e de aperfeiçoamento técnico.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 05 de julho de 1971.

aa) **Leopoldo Jacomel** — Presidente

Ovídio Franzoni — Relator

Paulo Poli

Maurício Fruet

Requerimento de autoria do sr. deputado Nivaldo Krüger, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando a convocação do sr. Secretário da Fazenda dos Negócios do Estado do Paraná para que compareça a esta Assembleia, a fim de prestar esclarecimentos que determinarão a posição da bancada do M.D.B..

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. deputado João Mansur, encaminhando a votação.

O SR. JOAO MANSUR — Sr. Presidente, sr. deputado Nivaldo Krüger, Deputados que integram sua Bancada e subscrevem o presente requerimento de convocação do sr. Secretário da Fazenda, a fim de que compareça a esta Casa para prestar esclarecimentos.

Ouvimos o brilhante pronunciamento do deputado Cândido Martins de Oliveira que afirmou, para conhecimento de todos nós, as qualidades técnicas do dr. Lineu Kluppei. Realmente, trata-se de um homem de alto gabarito e que conhece profundamente os problemas financeiros. E quero, nesta oportunidade e em razão do adiantado da hora, apenas, encaminhando a votação deste requerimento, dizer que a bancada da ARENA com assento nesta Casa irá votar contra o requerimento.

Porque, se nós reconhecemos, como o deputado Cândido Martins de Oliveira reconheceu, através de seu pronunciamento, as qualidades do Secretário da Fazenda do Paraná, não vejo por que razão esta Casa o convoque.

Com relação aos itens comprometo-me a trazer amanhã — em contato com S. Exa. e se S. Exa. tiver em mãos, dados para que possa trazer ao conhecimento desta Casa. E o farei, não por convocação, mas como um convite da Assembléia Legislativa para que ele venha espontaneamente, em hora e dia que achar mais conveniente, debater com os srs. Deputados.

Eram os esclarecimentos que queria dar neste instante, dizendo que nossa Bancada votará contra o requerimento, mas me proponho, junto a S. Exa. o sr. Secretário da Fazenda e se S. Exa. tiver os dados em mãos, trazer os esclarecimentos pedidos, e que acho justos, pelo MDB. E formularei em nome desta Casa, não uma convocação mas um convite para que S. Exa. aqui compareça para debater com os srs. Deputados. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Em votação o requerimento do sr. Nivaldo Krüger. — Rejeitado.

— Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 8, quarta-feira, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 126-71;
 - 2a. DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 96-71;
 - 1a. DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 125-71; 133-71.
- Levanta-se a sessão.